Página 13
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO
Nº 180 FEV/2018

A LUTA CONTINUA

Quando as botas deixam de ser um rumor

O fechamento desta edição de *Página 13* coincidiu, não apenas com o aniversário do PT e com mais uma tentativa fracassada de aprovar a "deforma" da previdência, mas também com uma intervenção militar no estado do Rio de Janeiro.

Esta intervenção não vai resolver o problema da segurança pública existente naquele e noutros estados da federação. Pelo contrário, pode agravar e muito a situação.

Mas o mais importante não é ineficiência, o pretexto, a demagogia, nem mesmo os interesses e desdobramentos políticos imediatos envolvidos na decisão. O mais importante é que trata-se de mais um passo na escalada golpista. Por todos estes motivos, o PT deve atacar e votar contra a intervenção.

Por caminhos tortos, aprofunda-se a ruptura com a institucionalidade anterior ao golpe do impeachment. Se nosso lado não quiser ou não conseguir promover uma ruptura popular, mesmo assim o outro lado vai implementar uma ruptura reacionária.

É isto que não entendem ou fingem não entender aqueles que falam em "plano B", os que sonham com candidaturas de esquerda que sejam "alternativas" à de Lula, bem como os que questionam o bordão "eleição sem Lula é fraude".

Antes que alguém diga, vale esclarecer: o PT deve e precisa ter fortes candidaturas a governador, a senador, a deputado federal e estadual nas eleições de 2018.

O problema não reside nisto, mas no seguinte: mesmo supondo que o PT tenha um ótimo resultado nas eleições de 2018, inclusive elegendo Lula presidente da República, isso não teria as mesmas implicações que teve em 2002, 2006 e 2010. Desta vez, se ganharmos, o lado de lá agirá como em 2014 e continuará operando na frequência golpe; e fará de tudo para impedir nossa posse e para sabotar de maneira violenta nosso governo.

Contra isso, não basta ter uma política eleitoral exitosa. É preciso ter outra linha política, acompanhada de níveis de organização e mobilização totalmente diferentes dos que tivemos até hoje.

O mesmo raciocínio vale para o caso de uma derrota total ou parcial nas eleições de 2018: o que virá depois disso não serão menos, e sim mais ataques violentos. Contra os quais adiantarão muito pouco as posições institucionais que tivermos conquistado em 2018, especialmente se estas posições tiverem sido conquistadas numa linha de "respeito à ordem" e "conciliação de classe".

Não há quem fale contra a necessidade de outra linha politica. Nem quem discorde abertamente de mudar profundamente os métodos de funcionamento do conjunto da esquerda. Aliás, "retomar o trabalho de base" está virando um chavão.

Mas há uma distância enorme e evidente entre o discurso e a prática. Em parte isto ocorre por inércia, noutros casos por falta de imaginação e/ou de experiência, mas principalmente porque um pedaço importante do nosso partido simplesmente não tirou todas as consequências do que ocorreu em 2016 e segue acreditando na possibilidade de mudar o país sem impor uma derrota profunda à classe dos grandes capitalistas brasileiros.

A dificuldade de compreender o papel da classe dos grandes capitalistas não é um problema cognitivo. Não é que as pessoas "não entendam". O problema é de outra natureza: existe um setor do Partido, assim como existe um setor na classe trabalhadora, que não considera necessário impor uma derrota profunda à classe dos grandes capitalistas. Pelo contrário, acham que o caminho de "derrotar profundamente" nossos inimigos de classe é, além de inviável, prejudicial aos nossos objetivos de curto e médio prazo: seria como o ótimo utópico virando inimigo do bom possível.

Daí provém, igualmente, a indiferença ou até repulsa destes setores a qualquer referência ao socialismo – e sua predileção por palavras de ordem do tipo "nação", "soberania", "Estado" e "desenvolvimento".

Em última análise, é aquela postura que está por detrás das políticas de aliança com forças de direita e centro-direita, por detrás das ilusões republicanas nas instituições do "Estado democrático de direito", por detrás das atitudes que não tomamos contra o oligopólio da mídia. No fundo, no fundo, tudo remete a um problema de classe, mais exatamente de como tratar a classe dominante.

Parte importante da resposta saberemos nos próximos dias, semanas e meses. A nossa reação frente a uma possível ordem de prisão contra Lula, assim como nossa postura frente às eleições de 2018 terão, para o futuro do PT, um significado similar ao que tiveram a nossa postura frente ao Colégio Eleitoral e frente à Constituição de 1988.

Seja como for, no ano que completa seus 38, o PT seguirá vivendo momentos historicamente inesquecíveis. ★

Os editores

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-180

Direção Nacional da AE: Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Ananda de Carvalho/RS, Ângela Melo/SE, Bruno Elias/DF, Cândida Rossetto/RS, Conceição Maria de Sousa/PI, Damárci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Divonaldo Barbosa/PE, Edivan França/PI, Eduardo Nunes Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emilio Font/ES, Francisco dos Santos/MS, Ismael Cesar/DF, Izabel Cristina da Costa/RJ, Jandyra Uehara Alves/SP, Janine Azevedo/MG, João Luís Lemos/SP, João Paulo Furtado/MG, Júlio Quadros/RS, Laura Paz/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Margarida Calixto/SP, Mariuza Guimarães/MS, Múcio Magalhães/PE, Natália Sena/RN, Olavo Carneiro/RJ, Pamela Kenne/RS, Rafael Tomyama/CE, Raquel Esteves/PE, Renan Brandão/RJ, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Rubens Alves/DF, Sônia Aparecida Fardin/SP, Tadeu Brito/SE, Ualid Rabbah/PR, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Ana Lídia/SP, Diego Pitirini/RS, Irene dos Santos/SP, Jonatas Moreth/DF. Suplentes da comissão de ética: Giucelia Figueiredo/PB, Wagner Lino/SP

Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Sobre a condenação de Lula

Wladimir Pomar

A condenação de Lula pelo TRF-4 suscita indignações e protestos, nem sempre acompanhados de uma análise mais fina do que está ocorrendo. É verdade que tal condenação está alinhada à transformação dos sistemas judiciário e policial brasileiros em linha de frente da ofensiva reacionária e proto-fascista que assola o país. No entanto, talvez seja um erro considerar tais setores hegemônicos no aparato de Estado e na sociedade.

Tal erro é agravado quando se supõe que a grande mídia comparte tal hegemonia. Ou que tais setores transformaram Lula em inimigo somente quando foram derrotados por ele. Na verdade, a hegemonia econômica, social, ideológica e política da sociedade brasileira há muito é exercida pela grande burguesia, grande capital, através de mil e um instrumentos, incluindo laços negociais, domínio do aparato de Estado, da mídia e de outros meios de difusão ideológica e de repressão social, assim como de links nem sempre visíveis.

Um dos exemplos ideológicos dessa hegemonia consiste em aparentá-la às da casa-grande e da senzala escravistas, sem relacioná-la ao capitalismo subordinado, dependente e desnacionalizado brasileiro, um grande capital que inclui frações estrangeiras poderosas. É esse grande capital que tem constituído o principal obstáculo à concretização das aspirações de soberania nacional, desenvolvimento industrial, redução das desigualdades sociais e consolidação dos direitos democráticos no Brasil.

Para comprovar tal assertiva basta relembrar a história brasileira, pelo menos de 1950 para cá, ou desde a primeira vitória presidencial de Lula, em 2002. Sem jamais ter deixado de considerar Lula e o PT como inimigos figadais, o grande capital sempre operou, mesmo quando aparentando amizade e simpatia, no sentido de destruir o governo de maioria petista, seja através das ofertas corruptoras e das sabotagens encobertas, seja de forma aberta contra as políticas sociais e a ampliação dos direitos democráticos.

Por outro lado, incapaz de vencer o PT (em 2006 e 2010 com Serra, e em 2014 com Aécio), vendo-se na contingência de enfrentar Lula novamente em 2018, e ansioso para reimplantar plena e radicalmente a política neoliberal no Brasil, o grande capital decidiu agir mais uma vez revolucionariamente. Isto é, planejou e levou à cabo um conjunto de ações cujo objetivo central consiste em inviabilizar

a continuidade de governos petistas, mesmo que tais governos aceitem coalizões e não tenham objetivos socialistas.

Tais operações têm sido levadas a cabo tanto pelo sistema judicial-policial, cujo poder foi reforçado sem quaisquer travas ou exigências democráticas durante os governos petistas, quanto pelo sistema parlamentar. Na prática, os governos petistas deram continuidade à suposta aliança positiva com o grande capital, crendo que os sistemas judicial-policial e parlamentar seriam politicamente neutros no combate à corrupção e na obediência aos preceitos democráticos. Esqueceram que a corrupção é moeda corrente do grande capital e de seus representantes políticos, e que a maioria parlamentar já é hegemonizada pela fração agrária desse capital, a mais reacionária.

A suposta neutralidade do sistema judicial-policial dedicou-se, inicialmente, a comer pelas bordas dirigentes petistas que consideravam poder angariar fundos empresariais, de

> **“Muitos dirigentes do PT continuaram supondo que o grande capital não considerava Lula e o PT inimigos, mas aliados. Para piorar, deduziram que esse capital e a maior parte de seus representantes políticos, incluindo os incrustados no aparato estatal, como promotores e juízes, não tinham interesse em barrar a experiência de governo democrático e popular”**

acordo com a lei, sem cair nas armadilhas do caixa 2 e do domínio do fato. O sucesso das operações judiciais de 2005 permitiu elaborar o plano de transformação de Lula em alvo principal de “atos de corrupção descobertos pela mídia”, passando a ser considerado “chefe único de organização criminosa”, conforme o promotor Dallagnol.

Só mais adiante, diante da necessidade de dar credibilidade e legalidade a tais ações, esse sistema se viu obrigado a cortar na própria carne, processando e julgando corruptores e corruptos de alguns dos esquemas do grande capital. O que não impediu o sistema parlamentar de perpetrar o golpe do impeachment contra Dilma. Isto evidenciou que o objetivo dessas operações ia muito além do pretenso combate à corrupção. Isto é, destruir o PT (e Lula), marginalizar a esquerda e impedir qualquer resistência séria contra a reimplantação do programa neoliberal radical de maior subordinação, dependência e desnacionalização do Brasil.

Para enfrentar tais planos, será preciso reconhecer que o núcleo da estratégia seguida pelo PT a partir da disputa presidencial de 1994 foi errado. Até então o PT não só lutara para dar fim à ditadura, como se insurgira contra o pacto de classes da Constituição de 1988. Sua recusa em assinar essa Carta se baseou no fato de que tal pacto de classes só formalmente reconhecia os direitos democráticos. Não acertara as contas com a ditadura militar e com os torturadores, não rompera com a subordinação e a dependência em relação ao grande capital internacional, e não democratizara (mesmo em termos concorrenciais capitalistas) os setores monopolizados (a exemplo das comunicações, da agricultura e de vários ramos industriais).

Apesar disso, muitos dirigentes do PT continuaram supondo que o grande capital não considerava Lula e o PT inimigos, mas aliados. Para piorar, deduziram que esse capital e a maior parte de seus representantes políticos, incluindo os incrustados no aparato estatal, como promo-

tores e juízes, não tinham interesse em barrar a experiência de governo democrático e popular.

A partir daí, a visão sobre uma hipotética aliança com o grande capital funcionou como uma cascata interna. Sem sequer explicitar que estava rompendo com suas posições anteriores frente ao pacto imposto pela grande burguesia e aceito pelo estamento militar, a direção do PT modificou sua estratégia, adaptando-a ao pacto de classes da Constituição de 1988. Enrolou a bandeira de luta pelo socialismo e aceitou alianças de todo tipo com o lado de lá, em particular na disputa presidencial de 2002.

Nessa ocasião, incapaz de resolver a crise gerada pela década de subordinação ao Consenso de Washington, o grande capital decidiu "aliar-se" ao PT para eleger Lula. Isto, lógico, desde que o PT se comprometesse a resolver tal crise e não modificasse as bases da economia capitalista subordinada, dependente e desnacionalizada. Compromisso que foi ratificado formalmente na famosa Carta aos Brasileiros e cumprido sob fiscalização de um membro destacado do grande capital à frente do Banco Central.

As ilusões na aliança com o grande capital foram reforçadas por uma economia internacional que permitia altos saldos comerciais às exportações brasileiras e possibilitava a efetivação de programas sociais de combate à miséria e à pobreza, sem realizar qualquer reforma estrutural, mesmo apenas democratizante. Essa situação abrandou ainda mais a aversão à burguesia como classe, assim como a seus métodos de exploração e de tráfico na política. Ao mesmo tempo, levou o PT a dar prioridade às atividades institucionais, abandonar o trabalho social e organizativo dessa base, liquidar sua atividade de formação ideológica e política, e operar uma estratégia de desenvolvimento que, tendo o grande capital como motor, na prática impedia a transformação do país numa nação industrial, tecnológica e cientificamente soberana e socialmente menos desigual

Essas ilusões no grande capital explicam porque muitos dirigentes petistas foram incapazes de avaliar em profundidade os acontecimentos de 2005, o primeiro ensaio para liquidar a nascente experiência de governos democráticos e populares eleitos tendo por base as regras constitucionais da democracia brasileira restrita. E também explicam porque eles ainda não entenderam que o estado de direito republicano do Brasil foi instituído para julgar docemente os representantes da burguesia (vide a vida dos "delatores" nababos) e revolucionariamente os representantes populares.

> **"Ilusões no grande capital explicam porque muitos dirigentes petistas foram incapazes de avaliar em profundidade os acontecimentos de 2005, o primeiro ensaio para liquidar a nascente experiência de governos democráticos e populares eleitos tendo por base as regras constitucionais da democracia brasileira restrita"**

Por não entenderem essa dinâmica, muitas lideranças petistas não adotaram qualquer medida de crítica rigorosa aos que cometiam o erro de considerar o grande capital "aliado", de tratá-lo como tal, e de praticar procedimentos idênticos, a exemplo de Palocci e alguns outros. Não tomaram medidas para investigar as evidências sobre esses atropelos das normas partidárias, não impediram que continuassem sendo praticados, nem julgaram necessário mudar a política de conciliação de classes e de aliança com o capital.

A rigor, sequer levaram em conta a crescente radicalização direitista e reacionária nas eleições de 2010 e 2014, quando as "marolas" da crise capitalista global passaram a abalar mais seriamente a economia brasileira e a ameaçar negativamente as taxas de lucro. O que tornou fundamental, para o grande capital, adotar "ajustes fiscais" que lhe permitissem expropriar os recursos estatais gastos com programas sociais, direitos trabalhistas, obrigações previdenciárias e outros atendimentos a reivindicações democráticas e populares, caracterizadas como populismo de esquerda.

Diante disso, desastrosamente, contra a opinião de parte considerável do PT e contra tudo com que se comprometera na campanha eleitoral de 2014, mas numa tentativa extrema de manter o acordo (ou o pacto de classes de 1988), o governo Dilma chegou a tentar o ajuste fiscal exigido. Porém, a essa altura o grande capital já decidira descartar qualquer possibilidade de reformas que dessem algum cunho popular à democracia formal de 1988. O que, é lógico, incluiu cassar o governo Dilma, impedir Lula de se candidatar e excluir o PT da lista de partidos políticos permitidos.

Pouco importa para o grande capital que o PT e grandes contingentes sociais considerem que a própria Constituição de 1988 está sendo rompida ao verem o sistema judicial-policial realizar conduções coercitivas sem antes convocar os depoentes, fazer prisões preventivas sem data de conclusão, e utilizar o suposto "domínio do fato" e a "convicção" como "provas". Seus representantes estão se lixando para os argumentos de que a rede de proteção social, a ética e a liberdade de imprensa são conquistas democráticas daquele pacto de classe. Mesmo porque foram conquistas vagas que não romperam com o monopólio real que sustenta a iníqua desigualdade social, a nojenta corrupção generalizada e uma imprensa de alguns poucos magnatas.

O que obriga as classes populares a não só defenderem as medidas democráticas inscritas formalmente naquele Constituição, mas a exigirem e a lutarem por uma nova Assembleia Constituinte, que realmente assegure a extensão dos direitos democráticos às camadas populares e liquide com os monopólios em todos os aspectos da vida brasileira. O que vai depender de uma intensa e grandiosa mobilização social, muito maior e intensa do que a que já ocorre para defender Lula. Mas isso é assunto para o próximo comentário. ★

Wladimir Pomar é escritor e analista político

Política e história na passarela

O carnaval de 2018 nos ajuda a entender algumas táticas do golpe de 2016

Alípio Carmo

O resultado do concurso das escolas de samba do grupo especial 2018, com o título da Beija-Flor de Nilópolis e o vice-campeonato da Paraíso do Tuiuti, renova o repertório da folia carioca e aumenta o volume do debate sobre a corrupção, o desmonte do estado, a perda de direitos sociais, a segurança pública e a intolerância. Quem acompanha o universo carnavalesco mais de perto sabe que, ao longo da sua história, a passarela nunca deixou de ser espaço para a defesa de projetos políticos e econômicos, com o desenvolvimento de enredos ufanistas, identitários e outros. Nos últimos 23 anos, por exemplo, evoluíram pela avenida, predominantemente, cortejos patrocinados em homenagem a cidades, países, produtos, empresas, artistas, jogadores e celebridades.

Atingidas pela crise financeira e pelo corte de verbas da prefeitura do Rio, algumas escolas apostaram em outro caminho para viabilizarem seus trabalhos. Na contramão, a novidade e sensação deste ano giraram em torno dos desfiles das duas primeiras colocadas. Com o "Monstro é aquele que não sabe amar. Os filhos abandonados da pátria que os pariu", a agremiação nilopolitana levantou o caneco ao denunciar as mazelas sociais, compreendidas como oriundas da corrupção do estado. A escola de samba do bairro de São Cristóvão, do morro do Tuiuti, trouxe "Meu Deus, Meu Deus, está Extinta a Escravidão?" e fez da história da escravidão um pretexto para entoar o seu grito de alerta contra o aprofundamento da exploração dos trabalhadores, no avanço do projeto neoliberal no Brasil.

> "**Ambas as propostas** [Beija Flor e Paraíso do Tuiti], **além de representarem uma ruptura com a hegemonia dos "temas pagos" das duas últimas décadas, retomam uma linha desenvolvida na efervescência das Diretas Já e que tinha como marca a contestação do cenário político da época. Carnavais como "Eu quero!" (Império Serrano – 1986) e "E por falar em saudade!", (Caprichosos de Pilares – 1985)**"

Ambas as propostas, além de representarem uma ruptura com a hegemonia dos "temas pagos" das duas últimas décadas, retomam uma linha desenvolvida na efervescência das Diretas Já e que tinha como marca a contestação do cenário político da época. Carnavais como "Eu quero!" (Império Serrano – 1986) e "E por falar em saudade!", (Caprichosos de Pilares – 1985) deixaram sambas reivindicatórios pelo voto direto na boca do povo. Com o mesmo ímpeto dos anos 80, Beija-Flor e Tuiuti produziram desfiles convergentes no uso do artifício do questionamento ao quadro político e social atravessado, embora divergentes no conteúdo de suas narrativas.

Na última terça-feira, dia 13, antes mesmo da apuração das notas, surgiram nas redes sociais diversas postagens sobre o teor dos dois espetáculos apresentados na Sapucaí. Entre internautas, especialmente, os que se reivindicavam de esquerda e/ou progressistas, ganharam destaque duas discussões. A primeira avaliou o caráter conservador ou mesmo de direita da Beija-Flor. Nesta, algumas pessoas consideraram forçada uma leitura mais dura sobre o desfile, pois entenderam a apresentação apenas como uma crítica ao abandono das cidadãs e cidadãos em virtude da falência ética e moral do Estado. No entanto, desconsideraram a visão negativa que a escola apresentou dos direitos sociais, como a desqualificação do INSS exposta no cortejo.

A segunda discussão versou sobre a efetividade ou não de evidenciar a polarização entre as propostas das duas escolas. No debate, uma parte defendeu a explicitação aberta da polaridade. Para eles, o sucesso da Tuiuti indicava a possibilidade de avançar na defesa contra o golpe, sobretudo, no campo da cultura. Outros sinalizavam o risco da demarcação nos manter no isolamento, pois a retomada do carnaval crítico no Sambódromo pode nos abrir um espaço de diálogo favorável com um conjunto maior da sociedade, se incorporar o tema do combate à corrupção ao roteiro da luta contra o neoliberalismo.

Horas antes da apuração, almocei em um restaurante no bairro de Vila Isabel. O papo na mesa não poderia ser outro: Quem ganhará o título? A conversa foi um convite para o garçom entrar enfaticamente nas conjecturas. Disparou: "Tem que dar Tuiuti. Falou a realidade! E protesto é assim, se faz sem briga e confusão!". O comentário me chamou atenção, por duas razões. A fala daquele trabalhador revelava estar atento à disputa política colocada no país e indicava uma forma de luta considerada por ele mais efetiva.

Após ouvir o garçom e retornar à leitura da polêmica na internet, mudei o meu olhar. Passei a ter impressão de ser fundamental para o campo de esquerda, demo-

Comissão de frente Paraíso do Tuiti, 2018. A coreografia apresentava um grupo de escravos negros açoitados por um feitor também negro

Paraíso do Tuiti: Fantasias de manifestoches, do pato da FIESP, do Vampiro usurpador silenciaram por alguns minutos os narradores da TV.

crática e popular, discutir mais as táticas das escolas de samba vencedoras do que o caráter político de seus posicionamentos. Elas nos darão lições mais efetivas de como envolver um número maior de agentes sociais nas pautas e lutas em curso.

Fundada em 1954, a pequena Paraíso do Tuiuti fez, em 2018, sua terceira passagem pelo grupo especial, a primeira divisão do samba. No ano passado, prejudicada por um acidente com uma de suas alegorias, e só não caiu para o acesso devido à suspensão do rebaixamento pela Liga Independente das Escolas de Samba - LIESA. O carnaval de 2018 já apresentava para a agremiação um quadro de profunda dificuldade para a permanência entre o grupo principal, agravado pelo anuncio de corte de 50% do valor repassado às escolas pela prefeitura. As chances de sucesso eram remotas. Em 13 de maio, aniversário da Abolição, e 15 dias após a greve geral contra a Reforma Trabalhista, o carnavalesco anunciou o enredo "Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?", uma reflexão sobre os 130 anos da Lei Áurea. Para a composição do samba, a diretoria usou um método pouco convencional: extinguiu o tradicional concurso e encomendou a obra a dois artistas experientes, o renomado Moacir Luz e Cláudio Russo, campeão de sambas em outras bandeiras.

A ousadia não parou aí. Ao pisar na Marques de Sapucaí,- na segunda-feira de carnaval, a escola rapidamente comoveu a platéia com a sua impactante Comissão de Frente. A coreografia apresentava um grupo de escravos negros açoitados por um feitor também negro. A presença da força ancestral, retratada na figura dos Pretos Velhos, curava as feridas e libertava todos os envolvidos, opressor e oprimidos. Com versos contundentes como "Não sou escravo de nenhum senhor", a pequena, mas destemida Tuiuti ocupava a transmissão de Rede Globo de Televisão com a denúncia do desmonte dos direitos dos trabalhadores e da manipulação do golpe de 2016. Fantasias de manifestoches, do pato da FIESP, do Vampiro usurpador silenciaram por alguns minutos os narradores da TV, apoiadora do impeachment e da derrubada das conquistas e direitos sociais. O silêncio em parte da transmissão e os curtos comentários dos narradores sinalizavam o êxito da abordagem da Paraíso. Ovacionada pela plateia, terminou o seu cortejo com o samba entoado nas arquibancadas. Em poucas horas, a agremiação explodiu nas redes sociais com o primeiro lugar dos trending topics do Twitter, como o assunto mais comentado na rede social no Brasil e segundo no planeta. Milhares de cidadãos manifestavam a sua torcida pelo campeonato.

Uma simples avaliação da tática utilizada para a superação de um quadro de rebaixamento e reversão no vice-campeonato nos leva a uma conclusão imediata: o carnavalesco e a direção tinham clareza da tensão social e da polarização política no interior de nossa sociedade e optaram por um enredo com uma posição política nítida, que atraiu, mobilizou e entusiasmou.

A justificativa entregue pela escola ao corpo de jurados evidencia o posicionamento: "Em meio a uma atualidade de evidente exclusão social, notória desigualdade de oportunidades, inconteste intolerância às diferenças e brutal ataque aos direitos básicos do cidadão, a maioria de nossa gente vive em uma espécie de quilombo contemporâneo, onde somos todos escravizados pelas ondas midiotizantes. Sendo assim, convoque seu guerreiro interior e venha para a luta!"

A opção atraiu, imediatamente, um setor extremamente ativo nas redes sociais, mas por vezes distante do universo cotidiano do carnaval, o chamado campo progressista. Desta forma, a Tuiuti conquistou o engajamento da vanguarda da internet.

Mas qual foi a tática para atingir o povo e furar a bolha? Não creio que os dados já expostos dêem conta de responder. Acredito mais em um caminho construído a partir dos próprios valores, critérios e conceitos do universo das escolas de samba e na sua capacidade de aproximação com as camadas populares.

Talvez o garçom de Vila Isabel tenha matado a charada: "Tem que dar Tuiuti. Falou a realidade! E protesto é assim, se faz sem briga e confusão!" Notem: a escola conseguiu deixar claro, para a maioria da população, que o direito ao trabalho está em xeque. E mais: fez o Brasil e o mundo assistirem no sofá da sala como a Rede Globo censura os conteúdos que transmite e produz a narrativa que lhe interessa.

O carnavalesco Jack Vasconcellos não titubeou em colocar escravos negros açoitados para abrir o espetáculo. Fez uso da tática da carnavalização, da subversão pelo riso, pelo constrangimento e pelo silêncio. Como disse o ator Wander Paulus em uma postagem no facebook: "Toda fantasia está inserida em um contexto! Ela não é, por si, contestadora ou discriminatória! Ela está inserida em um contexto produzido pela criatividade, pela brincadeira. Nesse procedimento do objeto é retirado o seu significado cotidiano (a negação) e conferido outro (a inversão), a partir da criação do folião, transformado em FANTASIA. Essa é a lógica carnavalesca!"

Ou seja, a posição nítida em um contexto polarizado, o uso da linguagem efetivamente carnavalesca e a oportunidade de ser

transmitida pelos meios de comunicação golpistas produziram uma bomba de confetes e serpentinas eficaz para a lógica mercantil do show da Marquês de Sapucaí. Nem a Globo e nem qualquer outro agente político conseguiria colocar a credibilidade do produto, o concurso das agremiações, sob risco. Afinal de contas, a ousadia narrativa do pavilhão azul e amarelo atingiu o mundo no topo das redes sociais e seu vice-campeonato era a garantia da lisura do processo e da imparcialidade.

A poderosa Beija-Flor, vencedora nove vezes nos últimos 20 carnavais, dispensa apresentações. Fez um desfile histórico. Não propriamente pela qualidade do cortejo, das alegorias, das fantasias, da evolução e dos demais quesitos, mas por revelar uma tática discursiva poderosa, capaz de convergir múltiplos sentimentos de indignação em uma única narrativa. Ao contrário da Paraíso do Tuiuti , as condições políticas e econômicas da azul e branco de Nilópolis eram extremamente favoráveis, fosse pela qualidade e força de sua comunidade, pelo seu peso dentro da LIESA e pelas boas relações com a rede televisiva. Ainda assim, também apostou em um enredo político e contestador.

Mas de uma contestação sem posicionamento nítido, sem escolher lado, na base do difuso "contra todos". A Beija não fez a defesa de um ou outro projeto de país. Ao contrário, escolheu tratar o tema a partir das mazelas, dos problemas que mais chocam, do simples trabalhador ao gerente do grande capital, como a insegurança e a violência, sempre relacionadas ao "monstro" da corrupção.

A tática central foi, evidente, impactar através das cenas do cotidiano e esvaziar a divergência efetiva da disputa pela reconstrução do estado democrático de direito e a defesa dos direitos sociais. A polifonia de seu samba funcionou pois costurou a articulação do combate à corrupção ao ataque ao INSS, FGTS, PIS, vistos como pesos, e à afirmação de uma pauta progressista identitária a favor das liberdades individuais e religiosas.

> "O samba de Beija-Flor cumpriu um papel parecido com as manifestações de 2013, quando setores progressistas concluíram que poderiam disputar a narrativa daquele processo. No entanto, rapidamente, o fenômeno se constituiu como a base do discurso das mídias para o que três anos depois se manifestaria na primeira etapa do golpe"

Polifonia e ausência de debate de projeto foram as principais marcas deixadas pela Beija-Flor, com o objetivo simples de atrair uma ampla base unida pelo sentimento de insatisfação.

Mas façamos um olhar mais atento sobre a eficiente tática que permitiu ao desfile representar uma cartarse, coroado por um arrasta multidão no final, aplaudido por setores da esquerda e pela Rede Globo de Televisão:

1 - O samba de Beija-Flor cumpriu um papel parecido com as manifestações de 2013, quando setores progressistas concluíram que poderiam disputar a narrativa daquele processo. No entanto, rapidamente, o fenômeno se constituiu como a base do discurso das mídias para o que três anos depois se manifestaria na primeira etapa do golpe. Ouso dizer que o mesmo aconteceu com a obra da escola de Nilópolis, que entusiasmou algumas pessoas por acharem que era uma denúncia no campo progressista.

Afinal de contas, o diabo sempre mora nos detalhes, e os detalhes do samba de 2018 são simples de entender. Ali, está contida uma denúncia com um pedido de socorro. O povo clama pelo pai, a pátria, o estado ou um salvador. No samba, o povo não é sujeito da transformação da sua condição. Basta um olhar atento:

"Sou eu... carente de amor e ternura.... retalhos do meu próprio criador, a procura de uma luz, uma salvação!" "Vêm ver brilhar... Mais um menino que você abandonou... Oh pátria amada, por onde andarás? Seus filhos já não aguentam mais!"

2 - A proposta plástica das alegorias e fantasias se aproximava de uma estética realista. É a tática de gerar o choque e a repulsão pela sensação de sucateamento do país. E, sobretudo, provocar no público o sentimento de que o que se assiste na cena é a realidade.

3 - O desfile afirmava um sentimento de transformação social baseado em um processo conservador. Era o grito contra a corrupção, a violência e a intolerância sem o debate sobre a soberania nacional e a reconstrução da democracia, tombada em 2016.

4 - Era apenas a criminalização da política e a vitimização da sociedade, sem o debate efetivo sobre a corrupção no país e

a totalidade dos atores políticos e sociais envolvidos. Onde estava o judiciário?

5 - As pautas identitárias sambaram de mãos dadas com a renovação conservadora. Fica a lição!

6 - A luta de classe, expressa nesse momento na defesa dos direitos sociais, não se fez presente na expressão daquela indignação.

7 - A redenção do povo acontece no carnaval, sugerindo a ideia de uma transformação pacífica pelo congraçamento. Olha o garçom aí, gente: "E protesto é assim, se faz sem briga e confusão!" O caderno dos jurados deixa mais claro ao descrever a fantasia "Rei-Momo, o Anfitrião da festa democrática": "O Rei Momo, monarca da Corte do Carnaval, que é do povo, convoca a realeza, plebeus e personagens tradicionais da folia para dar um xeque-mate na tristeza e realizar um arrastão de alegria na Sapucaí, desfilando o respeito às diferenças através do samba".

Os versos do samba novamente cumprem o papel tático da polifonia, pois trazem o aspecto da catarse atrelado à palavra resistência, que sem uma contextualização histórica ou conjuntural, no senso comum, possui um valor positivo por si só ao expressar uma ideia de combatividade.

Veja:

"Mas o samba faz essa dor dentro do peito ir embora

Feito um arrastão de alegria e emoção o pranto rola

Meu canto é resistência no ecoar de um tambor"

Agora, façamos o exercício de trazer outro samba para contrapor a idéia de redenção pelo carnaval. Dia de Graça, de Antônio Candeia:

"Negro não humilhe nem se humilhe a ninguém

Todas as raças já foram escravas também

E deixa de ser rei só na folia

e faça da sua Maria uma rainha todos os dias

E cante o samba na universidade

E verás que seu filho será príncipe de verdade

Aí, então, jamais tu voltarás ao barracão".

Percebam como a canção de Candeia sugere a necessidade do negro como sujeito de sua transformação social e da superação do senso comum de ser rei na folia demarcando com a idéia do samba de Nilópolis.

Mas, o que me leva efetivamente a ser tão contundente na afirmação de ser uma tática narrativa polifônica com conteúdo conservador?

O primeiro indício é a narração da jornalista Fátima Bernardes quando o desfile atinge o setor que iria falar das conseqüências do abandono (No youtube aos 33:59). Diz ela: "No circo Brasil, o palhaço é o povo! O peso dos impostos". E quais impostos a fantasia retratava? FGTS, PIS, INSS e ICMS. E o que não foi dito ali? O desmonte dos direitos sociais.

Parar não ter dúvidas quanto a essa conclusão, em seguida, consultei novamente o caderno dos julgadores para ler sobre como esta ala era descrita e constatei a seguinte descrição: "Metáfora do retrato do povo brasileiro, abandonado pelo Poder Público, feito de palhaço, carregando nas costas largas o peso desmesurado e difícil de suportar de impostos esmagadores. Paga-se uma carga tributária exorbitante, em troca de uma prestação de serviços públicos indigna, revoltante e vexatória".

É, neste momento, que a Beija-flor começa a dar pistas da posição que defende e amarra sua narrativa, numa equação simples: 'você, cidadão, pagador dos seus impostos, honesto, vive num país entregue à corrupção e à ganância. Seus filhos, vizinhos e toda a população estão expostos à violência, fragilizados pela ausência de serviços públicos de qualidade, marginalizados e discriminados diariamente pela intolerância e pelo poder'.

Veja o que se diz no caderno: "Hoje, vivemos em um país mergulhado no abandono, na descrença e desesperança, onde monstros estão soltos pelas ruas, camuflados de terno e gravata, atrás de falsos discursos políticos; viralizando preconceitos atrás de computadores, agredindo semelhantes por vestirem diferentes flâmulas, hostilizados pela cor de suas peles, pelas suas convicções sexuais; abandonando seus filhos, seus velhos, seus doentes, nas ruas, asilos e filas de hospitais; tirando a vida do cidadão indefeso que é assassinado nas esquinas e prisioneiro em sua própria casa, vítimas da violência nas escolas, e refém de inúmeras agressões dentro de seus próprios lares. Buscamos entender e identificar quem são aqueles que criam os monstros, quem são aqueles que se tornam monstros, e quem são as vítimas em nossa sociedade – sem perseguir, acusar e/ou julgar ninguém".

Parece que este discurso tem sido o nó que ainda não foi desfeito pela esquerda. Parte da vanguarda reage de forma binária à narrativa de combate à corrupção, entrando no jogo da polarização sedimentada na expressão: coxinhas versus mortadelas. O desafio é grande, pois não se trata apenas dos setores democráticos populares incorporarem à pauta o combate à corrupção e a defesa da ética. É preciso mais, é preciso deixar claro para o garçom de Vila Isabel que existe uma criminalização dos movimentos sociais e da esquerda.

Por fim, como vimos, os desfiles da Beija-Flor e da Paraíso do Tuiuti nos deixam lições distintas de como podemos entender os posicionamentos do conjunto de segmentos da sociedade e como os meios de comunicação de massa operam a produção das narrativas. Acredito que este é o ponto central da encruzilhada que a esquerda vive para saber lidar com a tática usada pelos meios de comunicação de massa desde 2013 e que culminou no golpe de 2016. Ao mesmo tempo em que não devemos negar as mazelas da sociedade expostas e potencializadas como sentimento único de indignação, temos que aprofundar o debate sobre suas reais causas e qual papel cumprem na luta de classes. No entanto, é necessário saber quais as nossas condições conjunturais. E, assim como a Tuiuti, precisamos ter nitidez em nossas posições na denúncia do golpe e, sobretudo, compreender que é central chegar às massas. O povo deixou claro, com a conquista histórica da agremiação de São Cristóvão, que reconhece o golpe! ★

Alípio Carmo é jornalista e militante do partido dos trabalhadores

Em defesa da aposentadoria

Bruno Costa

Dia 19 de fevreiro, São Paulo.Foto Roberto Parizotti

Dia 19 de fevereiro, Arapicaraca, AL. Foto: CUT

Dia 19 de fevereiro, Curitiba, PR. Foto: Gibran Mendes

Dia 19 de fevereiro, Rio de Janeiro, RJ. Foto: CUT

A Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que reforma o sistema previdenciário, sofreu diversas alterações desde que foi enviada ao Congresso Nacional pelo governo ilegítimo de Michel Temer. A última proposta foi divulgada pelo relator da matéria na Câmara dos Deputados dia 07 de fevereiro e deveria ser votada no Plenário da Câmara entre os dias 19 e 28 de fevereiro. Mas o governo Temer teve que declarar "suspensa" a tramitação da proposta, devido ao impedimento constitucional de debater e votar uma PEC ao mesmo tempo em que ocorre uma intervenção num estado da Federação.

Entretanto, se o pretexto para a "suspensão" foi a intervenção, o pano de fundo foi a rejeição popular à reforma, que tornava incerta sua aprovação, especialmente na véspera de um processo eleitoral. Até mesmo os defensores da matéria temem a resposta da população nas urnas e pensam duas vezes antes de negociarem seus votos com o governo, que transformou o Palácio do Planalto em um balcão de negócios espúrios.

E para construir a rejeição popular, foi e segue fundamental a luta das centrais sindicais e dos movimentos populares, merecendo destaque o dia 28 de abril de 2017, quando foi realizada a maior greve geral da história do nosso país, com a participação de aproximadamente 40 milhões de trabalhadoras e trabalhadores.

Vale lembrar que a última proposta divulgada continua elevando a idade mínima de aposentadoria – das mulheres para 62 anos e dos homens para 65 anos – e exigindo quarenta anos de trabalho para acesso à aposentadoria integral.

No caso da aposentadoria rural, o texto continua substituindo a comprovação de 15 anos de trabalho no campo pela comprovação de 15 anos de contribuição para a previdência, desconsiderando que a renda dos trabalhadores rurais não é mensal. Se aprovada a nova regra, os trabalhadores rurais dificilmente terão acesso à aposentadoria, o que intensificará a pobreza no campo e consequentemente o êxodo rural.

A aposentadoria especial do magistério também sofre retrocessos de acordo com o novo texto, que fixa a idade mínima de aposentadoria das professoras e dos professores, tanto do ensino privado como do ensino público, em 60 anos, sem distinção entre mulheres e homens.

Em síntese, trata-se de uma PEC feita para produzir superávit primário, favorecer o rentismo e fortalecer o mercado da previdência privada, ao mesmo tempo em que prejudica milhões de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente quem vive em regiões mais pobres e com baixa expectativa de vida.

Apesar de o governo ilegítimo ter contratado uma campanha extremamente cara para vender a ideia de que existe um rombo na conta da previdência e de que a reforma é necessária para garantir a aposentadoria dos trabalhadores que vão se aposentar nos próximos anos, a CPI da Previdência concluiu que não existe rombo, mas sim superávit. Concluiu ainda que muito dinheiro deixa de entrar na conta da previdência social devido à sonegação, à Desvinculação de Receitas da União (DRU) e à renúncia fiscal.

A vitória parcial obtida no dia 19 de fevereiro não é o fim da ameaça. A "deforma" da previdência é parte integrante do golpe e, portanto, sua derrota completa supõe a derrota completa do golpe. ★

Bruno Costa é militante do PT

Cretinismo judicial

Jonatas Moreth

Karl Marx, em seguidas passagens de sua vasta produção, utilizou o termo cretinismo parlamentar para fazer a crítica dos setores que ao centrar suas energias na disputa política no parlamento, se fecham ou desprezavam a luta política travada fora dos debates parlamentares.

Para o filósofo alemão, o cretinismo parlamentar consistia em um delírio que acometia as suas vítimas, que passavam a acreditar que o que mais importante no mundo acontecia na casa legislativa, e *"tudo o que se passava fora daquelas quatro paredes muito pouco ou nada significam"*. Ainda para Marx, os que eram contagiados pelo cretinismo parlamentar ficavam *"firmemente presos a um mundo imaginário, privando-o de todo senso comum, de qualquer recordação de toda compreensão do grosseiro mundo exterior[1]"*.

Ainda que passados 150 anos, esta descrição ainda é muito precisa para caracterizar a maioria dos parlamentares brasileiros. Todavia, no Brasil pós Golpe, em momento de acentuada e desproporcional judicialização da política e politização do judiciário, fenômeno similar vem ocorrendo com os membros do aparato judicial, resguardada as devidas peculiaridades.

Talvez a melhor definição deste cretinismo jurídico tenha saído da boca e das mãos do Ministro Luís Roberto Barroso, do STF. Em palestras e entrevistas, mas em especial no artigo intitulado *"a razão sem voto: O Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria"*, *Barroso tem defendido a tese segundo a qual as "supremas cortes desempenham, ocasionalmente, o papel de vanguarda iluminista, encarregada de empurrar a história, quando ela emperra"*.

> **Ora arvorados do espírito iluminista de empurrar a história; ora incumbidos da missão messiânica de combater à corrupção, mandando para as cucuias qualquer compromisso com a imparcialidade, ou mesmo, no caso de um membro do MP em Goiás que afirma que seu trabalho é *"a reprodução permanente da luta do bem contra o mal, das brigas de mocinhos e bandidos, ou dos Jedis contra o império Darth Vader"***

Em outra oportunidade, desta feita em uma entrevista para o Pedro Bial na TV Globo, Barroso afirmou que o descrédito com a política afastou pessoas idealistas desta seara. Assim, os "idealistas" do Barroso param no Judiciário e no Ministério Público em uma tentativa idealista "de transformar o Brasil à partir deste espaço de poder", se esquecendo, talvez, que isto também é fazer política.

O Ministro Barroso talvez seja o agente público que tenha assumido a tarefa de criar uma teoria que justifique este fenômeno, no entanto, está longe de ser o único a praticá-la. Ora arvorados do espírito iluminista de empurrar a história; ora incumbidos da missão messiânica de combater à corrupção, mandando para as cucuias qualquer compromisso com a imparcialidade, ou mesmo, no caso de um membro do MP em Goiás que afirma que seu trabalho é *"a reprodução permanente da luta do bem contra o mal, das brigas de mocinhos e bandidos, ou dos Jedis contra o império Darth Vader[2]"*, em todos estes casos, vemos facetas do cretinismo jurídico serem aplicadas.

Ocorre que em uma sociedade dividida em classes, aonde o aparato Estatal (em especial a sua faceta não eleita judicial) é dominado e está a serviço dos interesses das elites, a atuação fechada em si mesmo do judiciário, se entendendo moralmente acima dos demais poderes e cidadãos, e sem nenhum controle social externo, vira uma importante arma contra a classe trabalhadora e a esquerda partidária, em especial em momentos de maior acirramento social e político.

Marx, em *As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850*, afirmava que os partidos da ordem só podem conter os avanços dos partidos revolucionários mediante a violação das leis e a sua subversão. A ironia da história é que, apesar de não vivermos um grande avanço das organizações de esquerda como na época deste texto, a elite econômica do século XXI, para retomar a sua ofensiva, utiliza-se do mesmo método, tendo o judiciário como importante braço.

Em sua cruzada moral, instrumentalizada por interesses econômicos das elites, o judiciário subverte as leis, quebra os princípios mais basilares até para o pensamento liberal, destrói o que um dia talvez possa ter sido um Estado Democrático de Direito.

Importante frisar que todo este processo contou com a omissão e conivência, em alguns casos até mesmo ação engajada, da maioria da esquerda brasileira. No que tange ao Partido dos Trabalhadores, a sua fé cega no republicanismo, aliada a completa ausência de debate sobre o judiciário, foi uma combinação destruidora nos últimos anos.

Em 2018, em meio a maior ofensiva sofrida em sua história, tendo como ponta de lança o aparato judiciário, o PT terá nestas eleições mais uma oportunidade de fazer um inadiável ajuste na sua estratégia geral e no programa para o judiciário, que passa por reconhecer o caráter de classe do judiciário, e a imprescindibilidade de o submeter aos anseios populares. ★

Jonatas Moreth é advogado e integra o Diretório Regional do PT/DF.

[1]Marx, Os 18 Brumários de Luís Bonaparte [2]Acessível em: https://www.jota.info/carreira/ministerio-publico-paixao-e-luta-28122017

Humberto governador

A construção de uma opção de luta política e eleitoral dos trabalhadores de Mato Grosso do Sul

Damarci Olivi e Adilson Nascimento dos Santos

No início de fevereiro, o PT de Mato Grosso do Sul lançou a pré-candidatura de Humberto Amaducci ao governo do estado. Sensibilizada pela agressão judicial do TRF4, que confirmou a fraudulenta condenação sem provas do ex-presidente Lula no último dia 24 de janeiro, a plenária ampliada do diretório estadual acolheu e confirmou Humberto, um dos mais aguerridos e qualificados quadros políticos do partido, para percorrer o estado aglutinando as forças populares no enfrentamento ao golpe e rumo ao Parque dos Poderes.

A plenária do diretório estadual formada por lideranças e militantes de todas as regiões do estado, de todas as forças políticas do PT marcou o desejo do partido de enfrentar o golpe de estado de 2016, preservar os direitos dos trabalhadores e lutar pela transformação social. Ao mesmo tempo a plenária marca o amadurecimento do partido, superando a crença na neutralidade do judiciário e a ampliação da consciência da necessidade de transformar o estado burguês.

A pré-candidatura de Humberto é coerente com a circunstância em que vive nosso estado e nosso país. Ela dialogará com os elementos da política que estão em jogo como a fragilização da democracia e combinará a luta eleitoral com a luta social, pois esse não será um ano eleitoral como os anteriores, visto que vivemos um momento político de grandes tensões, e a campanha eleitoral não poderá ser desvinculada destas disputas conjunturais, como a campanha pelo direito de Lula ser candidato e a luta contra as reformas neoliberais dos golpistas.

Humberto iniciou sua militância política de esquerda ainda jovem no município de Mundo Novo, fronteira com o Paraguai e divisa com o Paraná. Naquele município os grupos de esquerda se aglutinaram no PT desde a década de 1980 e conquistaram a prefeitura municipal em 1996. A corajosa e transformadora administração que empreenderam foram o motivo do trágico assassinato da prefeita Dorcelina Folador.

Após essa brutalidade da classe dominante local, Humberto assumiu o papel de maior liderança do PT de Mundo Novo. Sua atuação e capacidade aglutinar a militância em torno de um projeto resultaram em três vitórias eleitorais e administrações com participação popular, gestão pública transparente, inversão das prioridades através do orçamento público.

Essa trajetória forjou e credenciou Humberto a representar o PT e os interesses populares para mudar a forma como é administrado Mato Grosso do Sul. Priorizar a maioria da população, abrir espaço para o poder popular.

Com essa ideia central, Humberto está reabrindo o debate político no interior do PT, recuperando o protagonismo da militância na construção da candidatura própria, na defesa de Lula e na maturação de um programa de governo ousado.

O estado já foi governado pelo PT entre 1999 e 2006. Foi um período de recuperação da economia com desenvolvimento social feito através de políticas públicas populares e democráticas com respeito a diversidade cultural e populacional existente no estado o que inclui as populações indígenas e quilombolas, assim como o público da agricultura familiar.

O retorno de um governo eleito com um programa democrático e popular visa olhar para os setores abandonados pelo atual governo tucano. Humberto destaca, entre outros, o gravíssimo problema na educação que necessita realizar concurso público para professores, assim como valorizar o funcionalismo como um todo; o enorme déficit relacionado à saúde que precisa ser regionalizada de fato para diminuir a pressão sobre as cidades de Campo Grande e Dourados para onde vão todos que necessitam de um melhor atendimento; a importância de ter um orçamento estadual transparente; o aproveitamento de toda a potencialidade turística do estado, gerando renda e empregos nos vários municípios que estão praticamente abandonados pelo poder público; a criação de políticas públicas alternativas para os pequenos produtores; a diversificação da oferta de empregos para que os trabalhadores/as, em especial a juventude, tenham alternativas ao que está colocado por um estado agrário e de economia primária, com uma agenda que exclui a grande maioria da população de participação em seu desenvolvimento.

Voltar a governar o estado significa o retorno da democracia, da participação popular, das políticas públicas sociais. Por isso, o programa de governo não poderá ser rebaixado e deverá respeitar os setores de nossa base social. ★

Damarci Olivi é da direção nacional da AE e **Adilson dos Santos** é sindicalista e militante do PT de Mato Grosso do Sul

Lula Lá e Prévias Já!

Ana Lídia Aguiar

Elói Pietá

O estado de São Paulo foi e continua sendo território de onde opera o quartel-general do golpe, da burguesia, da direita neoliberal tucana e da ameaça fascista.

O PT, ao longo de 24 anos de tucanato, não fez o enfrentamento necessário à burguesia, ao empresariado paulista e ao oligopólio da mídia.

As atitudes do PT em São Paulo contribuíram para que esses setores implantassem uma política neoliberal de sucateamento dos serviços públicos e privatizações.

Mesmo após a consolidação do golpe, a maioria do nosso partido continuou seguindo a estratégia equivocada de conciliação de classe, como se viu na aliança com o tucano Cauê Macris na eleição da presidência da Assembleia Legislativa.

Seguindo a mesma lógica, o campo majoritário do partido vinha considerando fato consumado a escolha do ex-prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, como futuro candidato ao governo do estado de São Paulo, prescindindo de qualquer discussão mais ampla sobre a tática eleitoral com o conjunto da militância.

No dia 1 de dezembro de 2017, antes mesmo de qualquer proposta de calendário ser discutida tanto pelo Diretório Nacional, quanto pelo Diretório Estadual de São Paulo, houve um grande ato de lançamento da candidatura do Marinho ao governo.

Acreditando que o fato já estava mesmo consumado, uma maioria do diretório estadual se reuniu em 10 de dezembro para votar um calendário para definição de candidaturas ao governo do estado com prazos exíguos, na tentativa de eliminar qualquer possibilidade de prévias no Estado.

Estabeleceram o prazo do dia 12 de janeiro de 2018 para apresentar as inscrições, sendo que era necessário um total de 5% de assinaturas de filiados e filiadas que votaram no último PED (para São Paulo isto quer dizer pouco mais de 5 mil assinaturas).

Por entender que esse não é o caminho e a política adotada por um partido que foi criado para transformar a vida do povo e estar ao lado da classe trabalhadora, e por entender que Luiz Marinho representa a política esgotada de conciliação de classes e não a transformação necessária e outro modelo de programa ao Estado, alguns setores da esquerda do PT, organizados em tendências (AE, DS e MS), em mandatos (dos deputados Rillo e Neder) e em movimentos sociais (sobretudo LGBTs, feministas, negros e negras, assim como sindicalistas) decidiram buscar uma alternativa ao governo do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, o companheiro Elói Pietá, ex-prefeito da cidade de Guarulhos, foi procurado por esses setores para disputar as prévias do PT. Elói aceitou a construção que estava sendo proposta e entre as festas de fim de ano e o início de janeiro, foram coletadas dentro do prazo quase 8 mil assinaturas para efetivar a inscrição de sua pré-candidatura.

Acontece que um grupo impediu a realização das prévias. Tanto nas reuniões do diretório estadual, quanto da executiva, aconteceram investidas para que Elói desistisse das prévias em prol de Marinho. Na mesma linha, o Diretório estadual do PT-SP decidiu que a escolha do candidato será feita em um encontro estadual do dia 24 de março – com delegados que já foram eleitos em 2017!!! – e não em prévias. Ou seja, este grupo quer dar continuidade à política do fato consumado.

Infelizmente, o grupo que é majoritário no Diretório não percebe que as bases, ao assinarem em favor das candidaturas de Elói e Marinho, clamam por participar diretamente da construção da disputa, do programa e da tática eleitoral.

Enquanto estamos na luta contra o autoritarismo e na defesa da democracia, pelo direito de Lula sair candidato, é contraditória atitude do grupo que é maioria da direção do PT-SP, ao buscar impor uma candidatura, limando os debates e a participação da militância na tomada de decisão. Não nos iludamos: se assim estão fazendo na escolha da candidatura majoritária, também o farão na definição de programa e de tática eleitoral.

A receptividade da candidatura do Elói na base partidária reacendeu o debate e a vontade de muitas/os militantes que estavam desanimados com os métodos praticados pela maioria da direção do partido, engajaram-se nessa empreitada por entender que o que está em jogo não é apenas uma disputa eleitoral, mas é a oportunidade que temos de construir um projeto para o estado de São Paulo, para os rumos do país e do próprio PT.

Por isso os apoiadores da pré candidatura de Elói Pietá travarão o bom combate no Encontro do PT do dia 24 de março, não se descartando a apresentação de uma proposta ao encontro no sentido de que este convoque a realização das prévias. ★

Ana Lídia Aguiar é membro do Diretório Estadual do PT-SP

Resolução do Diretório Estadual do PT-SP de 17 de fevereiro de 2018 (resumo)

Resolução sobre definição de candidaturas majoritárias, tática eleitoral e política de alianças

A Comissão Executiva Estadual, em reunião realizada no último dia 5 do presente mês, debateu o calendário eleitoral do estado e por maioria, considerando a conjuntura nacional, nossas prioridades e desafios para o próximo período, bem como a ameaça de prenderem Lula para assim tirá-lo da corrida eleitoral, decide:

1- Convocar o 19° Encontro Estadual do PT para o dia 24 de março de 2018 que terá como pauta:

- Definição das candidaturas majoritárias de governador e senador (es/as)
- Tática Eleitoral, Política de Alianças e Diretrizes do Programa de Governo

O encontro será precedido de debates sobre a conjuntura estadual e nacional, política de alianças e tática eleitoral, defesa do Lula ser candidato, bem como as questões locais com o intuito também de começar a construir as diretrizes de programa de governo para o Estado de São Paulo.

Debates preparatórios

Os debates, 20 ao todo, serão realizados em todas as macro regiões do estado em dois finais de semana:

- 2, 3 e 4 de março de 2018
- 9, 10 e 11 de março de 2018

O desafio de derrotar a dominação tucana e neoliberal em São Paulo

Mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores está convocado a enfrentar e vencer o PSDB no seu maior reduto

Pedro Pomar

Os tucanos governam o Estado de São Paulo desde janeiro de 1995, quando Mário Covas, eleito governador em outubro de 1994 pelo PMDB, assumiu o Palácio dos Bandeirantes tendo como vice Geraldo Alckmin. Na mesma ocasião José Serra elegeu-se senador. Tinha início aí um duradouro projeto de dominação, que ao longo dos anos colocou o Estado mais rico do país sob absoluto controle de um pequeno grupo político.

Ainda no fatídico ano de 1994, outro expoente do grupo, Fernando Henrique Cardoso (FHC), elegeu-se presidente da República. Em 1988, FHC, Covas, Alckmin e Serra fundaram o PSDB ao lado de Franco Montoro, Sérgio Motta, Bresser Pereira; lideranças regionais como Vanderlei Macris, Waldir Trigo, Robson Marinho, José Roberto Magalhães Teixeira, Mendes Thame; Joaquim dos Santos Andrade, ou "Joaquinzão", o histórico dirigente sindical pelego da Ditadura Militar; e nomes de outros Estados: Almir Gabriel (PA), Artur da Távola (RJ), Beto Richa (PR), Cristina Tavares (PE), Renan Calheiros (AL) etc.

Dissidência do PMDB, os tucanos propunham-se a modernizar o Estado brasileiro. À frente do governo federal e de alguns governos estaduais, em especial o de São Paulo, logo deixaram claro o significado do seu programa, a cartilha neoliberal: redução do Estado mediante feroz privatização das empresas estatais; garantia de ampla liberdade de ação para o capital financeiro e os oligopólios; dura repressão aos movimentos sociais; utilização das Polícias Militares como instrumento de Terrorismo de Estado (intimidação permanente e extermínio nas periferias); férreo controle do Parlamento, do Judiciário e dos órgãos de fiscalização, como o Ministério Público.

O plano tucano de permanecer no governo federal "por mais vinte anos", profetizado em 1995 por Sérgio Motta, foi abortado, como se sabe, pela eleição de Lula em 2002. Em São Paulo, porém, foi exatamente o que ocorreu!

Covas faleceu em 2001 após reeleger-se (em 1998), o que permitiu ao vice Alckmin exercer o cargo de governador até o final do mandato, e reeleger-se em 2002. Alckmin desincompatibilizou-se em março de 2006 para disputar a Presidência da República e foi derrotado por Lula. Nesse mesmo ano coube a outro tucano, Serra, disputar o cargo de governador paulista, elegendo-se e exercendo-o até março de 2010, quando foi substituído por seu vice Alberto Goldman, também tucano. Alckmin candidata-se novamente a governador nas eleições de 2010 e é eleito no primeiro turno, consolidando a hegemonia do PSDB em São Paulo.

Em 2014, não obstante o escândalo da Alstom e a crise no abastecimento de água, Alckmin voltou a reeleger-se governador e novamente no primeiro turno. Portanto, foi a sexta vitória consecutiva dos tucanos: 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014.

Obviamente, a dominação tucana no Estado de São Paulo e suas amplas vitórias representam profundas derrotas do PT. Por exemplo, a acachapante vitória de Alckmin em 2014 incluiu uma drástica redução da bancada de deputados estaduais do PT.

Situação paradoxal

A eleição de 2018 poderá trazer surpresas desagradáveis para o PSDB paulista. Isso porque, embora os tucanos tenham sido mentores do golpe midiático, parlamentar e judicial de 2016, e participantes destacados do ilegítimo governo Temer, a dinâmica criada pelo atual cenário político causou sérias avarias às principais figuras públicas do partido, a começar por Aécio Neves.

O tsunami das "delações premiadas" acabou ganhando vida própria. Não obstante a blindagem da mídia e de setores do Judiciário, pesadas denúncias de corrupção atingiram os nomes eleitoralmente mais fortes do partido em São Paulo, como Alckmin (citado como "Santo" nas planilhas da Odebrech), Serra e Aloysio Nunes.

O atual governador não pode disputar uma nova reeleição. Por outro lado, como candidato à Presidência da República, até janeiro não havia conseguido ultrapassar o patamar de 8% das intenções de voto. A eventual candidatura do prefeito da capital, João Doria (que desistiu de disputar a Presidência depois de despencar nas pesquisas), é contestada internamente, e uma ala do PSDB trabalha com a ideia de atrair para a legenda o vice-governador Márcio França (PSB), aspirante declarado ao cargo de governador, mas cuja viabilidade eleitoral é incerta.

Além disso, a crise social desgasta os tucanos. O governo paulista não toma medidas contra o desemprego. Reagiu à queda das receitas de impostos com corte de gastos sociais e arrocho do salário do funcionalismo. Além disso, adotou uma política de desonerações (renúncia fiscal) que beneficia grandes grupos empresariais das áreas de comércio, serviço e agroindústria (frigoríficos e agrotóxicos, por exemplo), sem contrapartida social.

"A renúncia de receitas apresentará elevação significativa em 2018. Na série histórica, passará de 8,53% da arrecadação potencial em 2014 para 9,74% em 2018", diz Nota Técnica da bancada do PT na Assembleia Legislativa (Alesp). Em termos de ICMS, este aumento da renúncia "representará R$ 2,4 bilhões a menos nos cofres estaduais, com impactos negativos sobre os repasses para as Universidades Estaduais (- R$ 231 milhões), Educação (- R$ 726 milhões), Fapesp (- R$ 24 milhões) e Saúde (- R$ 290 milhões)".

Já para o IPVA, "o crescimento da renúncia de receita em 2018 será de R$ 668 milhões em relação a 2014, causando impactos negativos à Educação (- R$ 200 milhões) e à Saúde (- R$ 80 milhões)". Tudo isso, destaca a Nota Técnica, em um momento de forte crise econômica.

Estima-se que na soma de dois anos, 2017 e 2018, as desonerações fiscais possam chegar ao montante de R$ 29 bilhões, conforme indicado nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Não há transparência alguma nessa política, de modo que o próprio Tribunal de Contas do Estado (TCE) vem cobrando do governo estadual que apresente informações exatas e completas sobre os benefícios concedidos.

Demarcar claramente

As chances do PT na eleição de 2018 em São Paulo dependerão da capacidade de suas candidaturas majoritárias de demarcar claramente com o projeto tucano, e defender um projeto alternativo, antagônico ao neoliberalismo, antigolpista e fortemente vinculado às necessidades das classes trabalhadoras e das camadas populares em geral.

Historicamente, as candidaturas a governador apresentadas pelo PT no Estado de São Paulo não conseguiram se diferenciar dos tucanos. O melhor desempenho petista foi registrado na distante eleição de 2002, quando José Genoíno conseguiu chegar ao segundo turno contra Alckmin. No primeiro turno, este recebeu 38,2% dos votos, contra 32,4% de Genoíno e 21,3% de Paulo Maluf. No segundo turno, Alckmin obteve 58,6% dos votos (12 milhões de votos), contra 41,4% de Genoíno (8,47 milhões).

Desde então, o PT jamais ameaçou a hegemonia tucana. Em 2006, Serra derrotou o senador Aloisio Mercadante no primeiro turno, conquistando quase 58% dos votos (12,3 milhões) contra 31,68% do petista (6,77 milhões). Em 2010, Mercadante foi novamente derrotado no primeiro turno, desta vez por Alckmin, que recebeu 50,63% dos votos (11,5 milhões), contra 35,23% (8 milhões) dados ao senador. Em 2014, o ex-ministro petista Alexandre Padilha obteve apenas 18,22% dos votos (3,88 milhões), contra 21,53% (4,59 milhões) de Paulo Skaf (PMDB) e 57,31% de Alckmin (12,23 milhões).

Claro está que, historicamente, o poder econômico da forte burguesia paulista e a ação da mídia hegemônica (financiada generosamente pelos governos tucanos) favorecem os candidatos do PSDB ao mesmo tempo em que atuam contra os candidatos da esquerda. Evidentemente os setores mais conservadores das classes médias tendem a votar maciçamente nas candidaturas majoritárias tucanas. Tudo isso explica as confortáveis vitórias do PSDB paulista, mas não as justifica.

A verdade é que o PT paulista acomodou-se, em grande medida, ao jogo institucional, desaprendendo de fazer oposição. A decisão de maioria das bancadas petistas na Câmara Municipal de São Paulo e na Alesp, de compor chapas com os partidos golpistas em troca de obter esta ou aquela secretaria nas respectivas casas parlamentares, em 2017, foi um claro sintoma de "cretinismo parlamentar" e, pior ainda, do alto grau de pragmatismo de um grande setor petista.

Se a estratégia de conciliação de classes, o desconhecimento das reivindicações das periferias e dos movimentos sociais, bem como o comportamento pragmático vierem a prevalecer na construção do programa de governo e dos *slogans* de campanha, então correremos o risco de não conseguirmos nos diferenciar dos nossos inimigos.

Setores médios

A melhor maneira de dialogar com os setores médios da população e buscar seus votos não é tentar parecer com os tucanos, mas, ao contrário, demonstrar a existência de profundas divergências programáticas em questões cruciais, como a saúde, a educação, a segurança pública e, nas regiões metropolitanas, o transporte público.

Desse modo, é preciso mostrar a necessidade de enfrentar os interesses privados na saúde (operadoras de medicina de grupo, "organizações sociais" etc.), como condição essencial para o êxito do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja: para garantir atendimento universal de qualidade. Em outras palavras, há que desprivatizar a gestão de hospitais e unidades básicas de saúde, rompendo com as "organizações sociais", e acabar com a "segunda porta" ou atendimento VIP no Hospital das Clínicas, InCor e tantos outros equipamentos públicos de referência.

Da mesma maneira, é indispensável ampliar os investimentos em educação, não somente para reverter a deterioração da rede pública de ensino fundamental, como para garantir a expansão, com qualidade, do ensino superior público. O governo Alckmin desorganizou a rede e está promovendo o desfinanciamento das universidades públicas estaduais e do Centro Paulo Souza (Fatecs). Precisamos seguir na direção oposta.

Tanto a classe trabalhadora quanto os setores médios sabem muito bem o pesado custo da faculdade privada e dos planos privados de saúde. Cabe à nossa candidatura não apenas fazer a defesa do serviço público, denunciar a política de desmonte, mas propor a construção de um novo cenário em termos de políticas públicas e direitos sociais, sinalizando seus ganhos para amplos setores da sociedade paulista.

No caso da segurança pública, não podemos repetir os erros de nossas candidaturas anteriores, como a de 2002, que falava em "guerra contra o crime" e defendia a existência da ROTA, em meras variações do discurso tucano; ou a de 2014, que anunciava como solução dos problemas do Estado a ajuda da Polícia Federal. Um compromisso sério com a vida e a dignidade da juventude negra e pobre e da população das periferias exige a perspectiva de extinção da Polícia Militar, que até a ONU já recomendou, bem como a democratização e reestruturação da Polícia Civil.

Diferenciar e demarcar com os tucanos implica mudar inteiramente os métodos habituais de construção do programa de governo e os métodos de campanha eleitoral, a começar pela campanha de TV e comunicação em geral. Implica envolver o conjunto da militância partidária numa campanha massiva de caráter popular. Implica combater vigorosamente as políticas de governo e as mentiras difundidas pelo PSDB.

Se deixar de revolucionar totalmente as estruturas e instrumentos com que disputará a eleição de governador de 2018 (e respectivas eleições proporcionais), o PT paulista amargará uma nova derrota, abrindo caminho para a terceira década de existência do "Tucanistão". ★

Pedro Pomar é jornalista e militante do Partido dos Trabalhadores

Os números falam

Sergipe de 2002 até 2016: a votação do Partido dos Trabalhadores com recorte para legenda estadual, federal e a capital sergipana

Thiago Oliveira

Este texto tem o objetivo de analisar o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores no estado de Sergipe, a partir de 2002 até as eleições de 2016, período que compreende a eleição posterior a chegada do Partido dos Trabalhadores à administração da capital sergipana em 2000, até a eleição municipal imediatamente posterior ao golpe político-jurídico-midiático de 2016.

Ao analisarmos o desempenho do Partido dos Trabalhadores, iremos também abordar a situação eleitoral da tendência petista Articulação de Esquerda, no estado de Sergipe e na capital Aracajuana.

Eleições 2002

Após a vitória do então deputado federal Marcelo Déda para a prefeitura de Aracaju, o PT inicia a sua trajetória no executivo da capital sergipana com uma grande expectativa do eleitorado.

Passados quase dois anos de gestão da capital, nas eleições gerais de 2002 o PT conseguiu 10,31% dos votos válidos para deputado estadual (num total de 90.415 votos) e 14,05% dos votos para deputado federal (num total de 121.825 votos), garantindo a presença do Partido nas duas casas legislativas.

Neste pleito eleitoral, caso optasse por sair sozinho elegeria 1 (um) deputado federal e no mínimo 2 (dois) deputados estaduais, talvez conseguíssemos uma terceira vaga, isto porque para uma coligação eleger um deputado estadual é preciso ter 4,17% dos votos válidos e para uma vaga para câmara federal é necessário ter 12,5% dos votos válidos.

Foto: Victor Ribeiro

2006: vitória histórica de Deda (PT) ao governo do estado contra o candidato das oligarquias, João Alves Filho (PFL)

> **Em 2004 o PT reelegeu Marcelo Déda e obteve em Aracaju 52.755 votos para vereança da capital, a melhor votação do Partido até a data de hoje. Saímos numa coligação proporcional com partidos da esquerda, PCB e PCdoB, elegemos 4 vereadores e o PCdoB uma vereadora**

Isso é uma constatação e não uma crítica ou avaliação política do porque o PT participou de uma coligação para deputado estadual, que elegeu 6 (seis) parlamentares e apenas 1 (um) foi do Partido dos Trabalhadores, a deputada Ana Lúcia. Como dito, caso saíssemos sozinhos elegeríamos pelo menos dois deputados estaduais, talvez o terceiro.

Nessa eleição a votação que a Articulação de Esquerda teve representou 22,42 % do total dos votos do partido para deputado estadual e 17,10% dos votos para câmara federal, Ana Lúcia teve 20.274 e foi a parlamentar mais votada do PT para a Assembleia e Dudu teve 20.833 votos para a Câmara dos Deputados.

Eleições 2004

Já em 2004 o PT reelegeu Marcelo Déda e obteve em Aracaju 52.755 votos para vereança da capital, a melhor votação do Partido até a data de hoje. Saímos numa coligação proporcional com partidos da esquerda, PCB e PCdoB, elegemos 4 vereadores e o PCdoB uma vereadora. Obtivemos enquanto partido 19,58% dos votos válidos e elegeríamos os mesmos 4 vereadores caso saíssemos sozinhos. O acerto da coligação no campo à esquerda fez com que o PCdoB elegesse uma vereadora e o campo progressista conquistou mais uma cadeira na câmara.

A Articulação de Esquerda na capital elegeu o vereador mais votado do PT, com 6.316 votos, Iran Barbosa, o que equivaleu a 11% dos votos do PT para vereança em Aracaju.

Eleições 2006

Em 2006 o PT elege Marcelo Déda governador do Estado, 1 (um) deputado federal e 4 (quatro) deputados estaduais. O partido obteve 120.545 votos para a ALESE e 97.447 para a Câmara dos Deputados. A coligação realizada neste pleito tinha por objetivo central viabilizar a eleição de Marcelo Déda ao governo do Estado.

Nesta eleição especifica, tanto a coligação estadual como a federal favoreceu o PT, pois caso saísse sozinho elegeria no máximo 3 (três) deputados, isso porque o PT teve 11,85% dos votos válidos para assembleia estadual e acabamos o pleito com a eleição de 4 (quatro) deputados estaduais.

No âmbito federal, o PT não teria votos suficientes para eleger um deputado federal, pois a nossa votação correspondeu a 9,66% dos votos válidos, no entanto elegemos um deputado federal.

A Articulação de Esquerda elegeu a deputada estadual mais votada do Partido, Ana Lúcia, com 30.021 votos e o único de-

putado federal do PT, Iran Barbosa, com 41.850 votos. Tivemos 24,90% dos votos do PT para deputado estadual e 42,94% dos votos do partido para câmara federal.

Eleições 2008

Em 2008, na capital sergipana, o PT ingressou em uma coligação para reeleger Edvaldo Nogueira (PCdoB), que assumiu a prefeitura após a desincompatibilização de Marcelo Déda para disputar o governo em 2006.

Obtivemos 45.802 votos e elegemos 5 (cinco) vereadores, mais uma vez a coligação foi favorável ao PT no município de Aracaju, pois caso saíssemos sozinhos elegeríamos 3 (três) vereadores, talvez o quarto, porém nesta coligação, como já dito, elegemos 5 vereadores, inclusive o mais votado de Aracaju, o Robson Viana (hoje no PMDB).

Fato interessante é que dos 5 vereadores eleitos, apenas Emanoel Nascimento e Rosangela Santos continuam no Partido dos Trabalhadores, os outros três foram para outros partidos.

A Articulação de Esquerda nessa eleição teve uma grande derrota na capital, com 3.018 votos para o seu candidato a vereador, o Professor Correia, histórico militante da tendência. Vale lembrar que nessa época tínhamos o único deputado federal do PT e a deputada estadual mais votada dois anos atrás. Esta foi a primeira eleição em que o PSDB formalmente esteve na coligação apoiando o mesmo candidato majoritário que o PT apoiou.

Eleições 2010

Dois anos após, em 2010, ano da reeleição do governador Marcelo Déda, o PT teve a sua melhor votação para ALESE e Câmara Federal, 134.450 e 236.860 votos respectivamente. Elegemos 4 (quatro) deputados estaduais e 2 (dois) deputados federais.

A coligação mais uma vez favoreceu o PT que, se sozinho estivesse, elegeria 3 (três) deputados estaduais e não 4 (quatro). Para a Câmara federal, a nossa quantidade de votos elegeria 1 (um) deputado federal e provavelmente o 2º na média.

Obtivemos o impressionante percentual de 23,02 % dos votos para a Câmara dos Deputados e alcançamos 12,66 % dos votos para ALESE. Esse foi o momento em que o PT atingiu a sua maior votação enquanto legenda no estado de Sergipe, coincidindo com a eleição da Dilma e a reeleição de Déda.

A Articulação de Esquerda reduziu os seus votos para deputado estadual para 20.000, mas manteve a sua vaga na casa legislativa com a reeleição de Ana Lúcia. Para deputado federal conseguimos aumentar a nossa votação para 46.339 votos, porém não foi suficiente para nos reelegermos.

Esta eleição ficou marcada pela diminuição do número de candidatos lançados pelo campo político de que o PT fazia parte e, consequentemente, uma concentração e um aumento de votos considerável dos candidatos eleitos em comparação com a eleição de 4 anos antes.

Eleição 2012

Nas eleições de 2012, o PT no executivo estadual apoiou o deputado federal Valadares Filho (PSB) para a capital aracajuana. Nesta eleição obtivemos uma queda expressiva de votos na capital sergipana, conseguimos apenas 29.104 votos. Até então, a menor votação da legenda desde 2004. Elegemos 3 (três) vereadores e a direita venceu a eleição para o executivo municipal, João Alves Filho (DEM).

> “Nas eleições de 2012, o PT no executivo estadual apoiou o deputado federal Valadares Filho (PSB) para a capital aracajuana. Nesta eleição obtivemos uma queda expressiva de votos na capital sergipana, conseguimos apenas 29.104 votos. Até então, a menor votação da legenda desde 2004”

A nossa votação de legenda pela primeira vez representou menos de 10% do eleitorado aracajuano: precisos 9,51%. O que nos garantia sozinhos apenas 2 (dois) vereadores. A coligação nos possibilitou eleger um terceiro parlamentar petista. Nessa eleição, paradoxalmente, o PT elegeu o vereador mais votado da capital, Iran Barbosa (ex-deputado federal), com 7.808 votos e, portanto, a Articulação de Esquerda voltou a ter um vereador em Aracaju, que representou 26,82% dos votos do Partido.

Eleições em 2014

Em 2014, primeira eleição desde 2002 em que o PT não estava na chefia do executivo estadual e nem da capital sergipana, após a morte prematura de Marcelo Déda, o PT reduziu a sua votação de legenda tanto para a ALESE como para a Câmara dos Deputados, 105.577 e 158.005 votos respectivamente.

Tivemos 10,03% dos votos para o parlamento estadual e 15,00% para a legislatura federal, com isso consequentemente reduzimos a nossa representatividade nas duas casas em 50%: passamos a ter apenas um deputado federal e dois parlamentares estaduais.

A Articulação de Esquerda nessa eleição manteve sua deputada estadual Ana Lúcia com 26.334 votos e seu candidato a federal, o vereador Iran Barbosa, conseguiu 36966. Isso representou 24,94% dos votos do PT para a ALESE e 23,39% dos votos do PT para câmara federal.

Importante frisar que o PT conseguiu exatamente o numero de vagas que teria sozinho. No entanto, na estadual isso só foi possível após uma batalha judicial, pois um erro de estratégia nos colocou em uma coligação em que dependemos de questões jurídicas para assegurar a nossa segunda vaga.

Explico, na nossa coligação houve um candidato que teve mais votos que os nossos deputados eleitos, como tivemos o último candidato eleito na media da coligação, caso fossem validados os votos desse candidato de outro partido o PT ficaria com a primeira suplência e apenas um deputado estadual.

Eleições 2016

Em 2016, mais uma vez apoiamos outro partido para o executivo municipal, o PCdoB de Edvaldo Nogueira, que saiu vencedor numa das mais disputadas eleições da capital sergipana.

Outra vez reduzimos na capital a votação em nossa legenda e alcançamos o pior resultado desde 2002. O PT obteve 18.768 votos, mais de 10.000 votos a menos do que em 2012.

Elegemos apenas um vereador, que foi o mais votado na capital, com 8.809 votos, Iran Barbosa da Articulação de Esquerda. A nossa votação representou apenas 6,77% da votação para o legislativo municipal. E a dependência do PT na capital sergipana para com os votos obtidos por candidaturas vinculadas à tendência petista Articulação de Esquerda aumentou exageradamente: a Articulação de Esquerda foi responsável por 49,93% dos votos do PT na última eleição em Aracaju.

Neste período, de 2002 até 2016, o Partido dos Trabalhadores teve um período de aumento de sua representatividade na população sergipana, depois estagnou e agora estamos em descenso, quase retornando ao momento de 2002. Para visualizar isso, observe o **gráfico A**.

A nossa votação atingiu o auge em 2010 e depois tivemos um forte descenso, que quase nos igualou a nossa situação em 2002. Isso também pode ser visto quando analisamos o percentual de votos que o PT obteve em relação aos votos válidos para estadual e federal. Vide o **gráfico B**.

Em Aracaju a situação é bem mais preocupante. Tivemos a nossa pior votação partidária desde 1996, apesar dessa eleição não ser objeto desta análise. Ao mesmo tempo, a votação geral do PT aumentou sua dependência em Aracaju para com a votação obtida por candidatos vinculados à tendência petista Articulação de Esquerda. Vide o **gráfico C**.

Como visto, estamos por diversos fatores (o objetivo deste texto não é identificar esses fatores) reduzindo a nossa participação enquanto partido no estado de Sergipe e na capital Aracaju. Precisamos analisar os equívocos e pensar para as eleições de 2018 ações políticas para conseguirmos aumentar a nossa influencia na classe trabalhadora e, dessa forma, recuperar a nossa votação no eleitorado sergipano.

Para isso, nós da tendência petista articulação de esquerda, não temos dúvida quando afirmamos que o PT deve ter como tática para esse período, o fortalecimento do enfrentamento aos golpistas: não podemos nos aliar com nenhum setor golpista em nenhuma esfera eleitoral.

Por isso, em Sergipe precisamos sair da aliança coordenada pelo PMDB com urgência e viabilizar uma chapa majoritária e proporcional com a capacidade de potencializar a polarização política que deve ser golpistas de um lado e o campo democrático do outro na defesa da candidatura de lula, da democracia e do reestabelecimento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. ★

Thiago Oliveira é dirigente estadual da tendência petista Articulação de Esquerda. É militante dos Direitos Humanos.

Evolução da votação do PT

Gráfico A

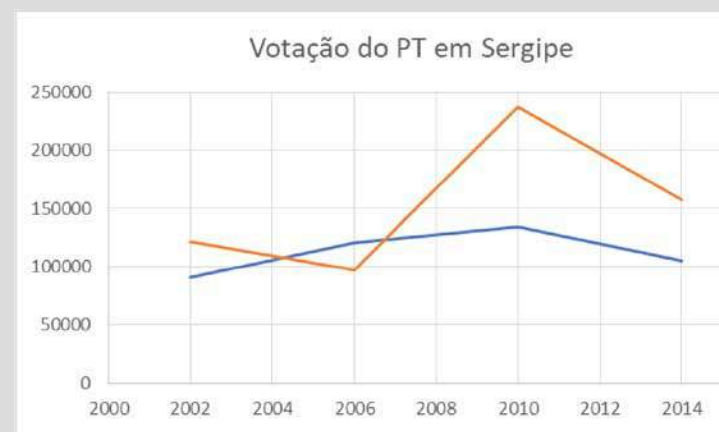



Gráfico B

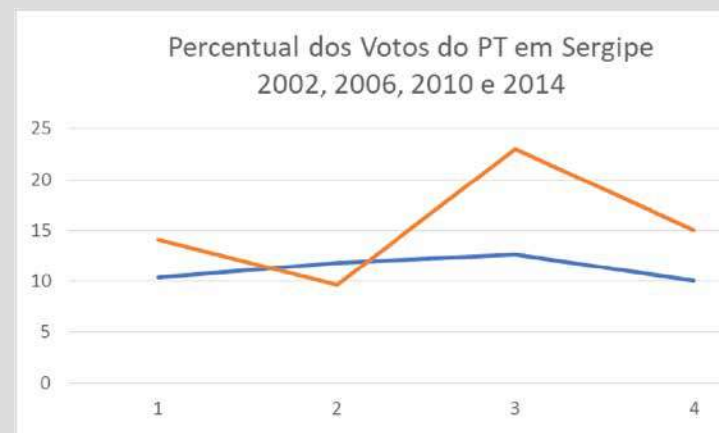
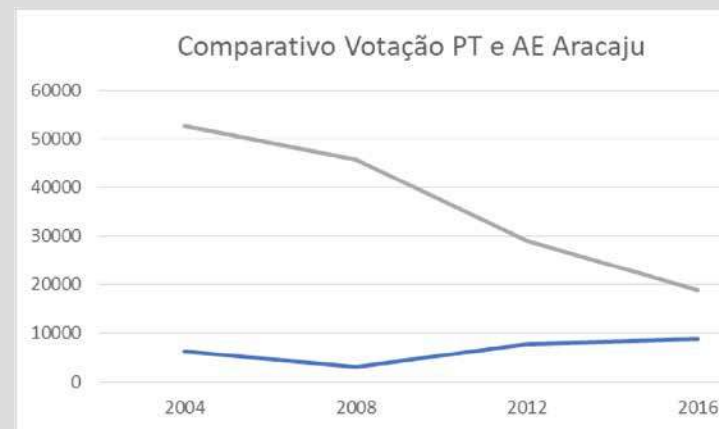



Gráfico C

O PT nasceu para protagonizar

Rubens Marques de Sousa (Dudu)

Estou convencido de que o Partido dos Trabalhadores deve apresentar para o povo sergipano chapa majoritária com candidato a governador e senador e também várias candidaturas a deputado/a estadual e federal, porque esse é o caminho que levará o partido a lograr êxito na atual conjuntura e reassumir o seu papel na complexa cena política.

Abdicar de apresentar chapa majoritária para fazer aliança com o PMDB golpista será suicídio e desmoralizante, e o partido ainda corre o risco de ser preterido por Jackson Barreto a qualquer momento, isso porque está claro que o interesse dele é tirar proveito da popularidade de Lula, porém, se o ex-presidente for impedido de concorrer às eleições presidenciais, eu não tenho dúvida de que JB escanteará o PT.

O Partido dos Trabalhadores tem quadros mais qualificados do que os apresentados até aqui pelos "aliados", como também tem militância e base social organizada capaz de fazer a diferença numa campanha, e também para dar governabilidade em patamares bem diferente dos atuais, alicerçados na barganha política que tem estrangulado as finanças públicas para manter a "repúblicas dos CCs" e a transferência de milhões de reais para as empresas de terceirização, que são usadas para distribuição de cargos com aliados.

O governador Jackson Barreto é uma caixa de ressonância das medidas adotadas nacionalmente pelo governo golpista de Michel Temer. Tudo que é implementado lá em Brasília é implementado aqui em Sergipe.

O PT não tem que ter medo de falar pra fora sobre a prioridade das alianças que fará com o campo de esquerda e com os

80% do povo que forma a base da pirâmide, estreitar a relação com os movimentos sindical e social, coletivos culturais, estudantis, de juventude etc. Deve sem titubear explicitar o caráter classista do governo.

Enquanto o PMDB golpista e seus aliados destroem a soberania nacional e leiloam as nossas estatais, o PT em Sergipe defende o fortalecimento dos instrumentos públicos de intervenção na economia, e neste sentido eliminamos qualquer possibilidade de privatizar o BANESE (Banco do Estado de Sergipe), a DESO e a SERGAS.

Defenderemos o rompimento com os velhos métodos de financiamento de campanhas, seja através do famigerado caixa dois, seja através de qualquer outra forma, por acreditarmos que é possível constituir comitês populares para arrecadar doações voluntárias limpas no diálogo direto com a classe trabalhadora.

Recentemente o maior empresário do ramo da construção civil em Sergipe declarou o seu apoio à pré-candidatura do líder do governo Michel Temer ao governo do estado, fato que mostra que a cultura do financiamento empresarial de campanha não será combatida com facilidade, mas pode ser derrotada pelo povo.

A passagem de Lula por Sergipe com sua caravana serviu dentre outras coisas para reanimar a base petista que andava taciturna, e mostrar que o PT ainda continua sendo o partido das massas.

É preciso levar em consideração que cada vez que a direção do partido faz composição política a partir do pragmatismo, visando resolver questões meramente eleitorais, sem levar em consideração os efeitos colaterais, terminam perdendo base militante e quadros.

Tenho defendido que o PT deve ampliar a democracia interna e realizar um plebiscito com todos os filiados, e não apenas com os delegados, para saber o que pensam sobre a tática eleitoral, que aliás tem gerado opiniões divergentes entre o campo majoritário, que já declarou apoio ao candidato indicado pelo governador Jackson Barreto, que é o seu vice atualmente, Belivaldo Chagas (PMDB), e a tendência petista Articulação de Esquerda, que não só defende a inscrição de candidaturas majoritárias (governador e senador), como apresentou o meu nome para disputar as prévias do partido para ao governo do estado e o do professor Joel Almeida para o senado. A nossa chapa apresenta ainda os nomes da professora Ângela como pré-candidata a câmara federal e o companheiro Iran Barbosa para a Assembleia Legislativa.

Do ponto de vista da pré-candidatura ao governo do estado, Sergipe precisa apostar numa proposta alternativa como a nossa, capaz de apresentar e implementar um programa popular e democrático (exequível), que tenha como principal preocupação, o ser humano, ancorado na transparência da aplicação dos recursos, na eficiência da máquina pública a partir da valorização dos servidores, numa política de segurança que acima de tudo leve em consideração os direitos humanos, uma política de assistência social que não se confunda com o assistencialismo, numa plano construído coletivamente que resolva os problemas crônicos da saúde e da educação, prioridade para a agricultura familiar, apoio à reforma agrária, potencializar o apoio ao trabalho desenvolvido pelas empresas públicas etc.

Queremos um PT que faça composição com quem defende o direito de Lula ser candidato a presidente, e isso nós não encontraremos em quem deu o golpe que destituiu Dilma da presidência.

Os quadros do PT precisam se preocupar mais com o fortalecimento do partido e menos nos projetos pessoais. Nós dirigentes e militantes devemos estar a serviço do partido não o contrário. ★

Rubens Marques de Sousa (Dudu) é Presidente da CUT – Sergipe e membro da Articulação de Esquerda

Manifesto pela candidatura do Professor Joel ao Senado

O Brasil vive um dos momentos mais difíceis da sua história. Estamos passando por um golpe perpetrado por diferentes atores, mas que teve no Congresso Nacional um dos seus principais artífices. A Câmara e o Senado federal deram ritos finais ao mandato de uma presidente eleita pelo voto direto do povo brasileiro, presidenta que não cometeu nenhum crime.

Os parlamentares eleitos pelo estado de Sergipe deram uma contribuição significativa para o golpe. Seis deputados federais e os três senadores - Valadares, Maria do Carmo e Eduardo Amorim - votaram a favor do impeachment, o que abriu caminho para uma série de reformas que objetivam retirar os direitos dos trabalhadores e devolver o Brasil à condição de subalternidade total frente ao grande capital especulativo e aos grandes conglomerados econômicos.

O voto golpista dos atuais senadores não deveria surpreender ninguém. Afinal, os três estão muito distantes do povo sob o ponto de vista das suas necessidades mais emergentes: saúde, educação, emprego e segurança.

Eduardo Amorim tem um mandato inexpressivo. Seu trabalho não tem visibilidade no estado. No entanto ainda consegue se manter na disputa, pois foi candidato a governador em 2014 polarizando com Jackson Barreto, e pode se recandidatar ao governo ou ao senado.

Antonio Carlos Valadares já foi governador de Sergipe, com um mandato horroroso. Agora está no terceiro mandato de senador e, embora tivesse sido sempre prestigiado pelo ex-presidente Lula, foi um dos artífices do golpe contra Dilma, dentro do PSB e no Senado Federal.

Maria do Carmo Alves é a senadora mais ausente do sendo federal Passou quase todo o primeiro mandato de licença médica; e ainda, por um determinado período, veio assumir a Secretaria de Ação Social na gestão do seu marido João Alves, enquanto prefeito de Aracaju. Não se conhece um pronunciamento desta senadora. No inicio deste ano, apresentou, a pedido do governo federal, um projeto de lei que objetiva quebrar a estabilidade do servidor público e provocar a consequente demissão por insuficiência de desempenho. Um mandato anti-povo.

Neste ano de 2018, o Estado de Sergipe tem a possibilidade de renovar os seus representantes no Congresso Nacional. No Senado Federal, especificamente, o Partido dos Trabalhadores tem a possibilidade de ter volta um mandato que foi conseguido em 1994,com o senador José Eduardo Dutra.

Para esta retomada, a tendência petista Articulação de Esquerda apesenta ao Partido o nome do professor Joel Almeida, educador e sindicalista, ex-presidente do Sintese, também foi dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), portanto com um histórico de luta em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras de Sergipe e do Brasil.

A candidatura do Professor Joel Almeida simboliza um retorno do PT às origens de combatividade, de formulação crítica, de estreitamento de laços com os movimentos sindical e sociais. Eleito, teremos um mandato em defesa das minorias, do avanço da organização da classe trabalhadora e da retomada dos seus direitos.

Uma das prioridades do Professor Joel, eleito senador, é abrir um grande debate nacional sobre a convocação de um plebiscito revogatório das contrarreformas aprovadas pelo Governo Temer, inclusive aquela ameaça que sempre nos ronda, a da reforma da previdência.

A candidatura e a vitória do professor Joel traria outra simbologia de perspectiva histórica para Sergipe: Joel Almeida seria o primeiro senador negro da história desse estado. Um educador nascido em Aracaju, que trasporia duas barreiras históricas, em se tratando do Congresso Nacional: o preconceito racial e a presença de um educador militante numa casa em que prevalecem os representantes da elite econômica e politica desse país. ★

pagina13.org.br

Por uma mulher trabalhadora na Câmara dos Deputados

Manifesto de Apresentação da Pré-candidatura da Professora Angela Melo à Deputada Federal

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, fruto de uma articulação golpista com participação direta de setores do Poder Judiciário, do capital financeiro, do grande empresariado, dos meios de comunicação e de partidos e parlamentares da direita tem uma dupla face que não pode ser ignorada: o seu caráter de classe – basta verificarmos as medidas em curso contra os trabalhadores e trabalhadoras – e o seu caráter machista.

Quem não se lembra, por exemplo, dos adesivos que espalhavam-se pelo país afixados nos tanquinhos de gasolina dos carros com uma imagem depreciativa da Presidenta? Quem não se recorda dos inúmeros discursos de que “Dilma, como mulher, não estava acostumada a governar” ? Quantos comentários não foram feitos sobre a vida amorosa de Dilma?

Esses e tantos outros exemplos escancaram uma lógica, ainda dominante na sociedade, de que o ambiente da política, que é essencialmente o espaço do debate público sobre as questões da coletividade, não cabe às mulheres.

Mas não apenas os episódios relacionados à Presidenta Dilma Rousseff evidenciam o caráter machista e misógino do golpe de 2016. Passados quase dois anos do governo ilegítimo de Michel Temer, uma série de medidas demonstram que o golpe permanece e tem como principais afetadas as mulheres trabalhadoras. Exemplos:

• A Emenda Constitucional 95/2016, que prevê a redução dos investimentos públicos na saúde, afinal a maioria da parcela usuária do Sistema Único de Saúde é de mulheres e 70% da população feminina utiliza o SUS, de forma direta ou indireta, acompanhando alguém que necessita (filhos, pais, etc.);

• A Reforma da Previdência, que omite o trabalho doméstico socialmente realizado pelas mulheres (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revelou que 88% das mulheres empregadas realizam também trabalhos domésticos), ignora a realidade de desigualdade salarial (a renda das mulheres é, em média, o equivalente a 65% da renda dos homens) e gera mais distorções ao propor a mesma idade de aposentadoria para mulheres e homens. Ou seja, as mulheres trabalham mais, recebem menos e ainda terão dificuldades para se aposentar;

• A Reforma Trabalhista, que permite o trabalho de gestantes e lactantes em local insalubre, o prolongamento da jornada de trabalho e reduz o tempo de intervalo, novamente ignorando as jornadas duplas e até triplas que desempenham boa parte das mulheres brasileiras;

• Cortes diretos em programas e projetos direcionados às mulheres, a exemplo das Casas da Mulher Brasileira e o corte do orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Reverter a sub-representação feminina

Além desses aspectos da conjuntura elencados anteriormente, vale ressaltar também um elemento estrutural do sistema político brasileiro: a sub-representação feminina.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, juntos, têm menos de 10% das cadeiras ocupadas por mulheres, índice que coloca o Brasil na 123ª posição no ranking de presença de mulheres no Congresso Nacional. Nas últimas eleições municipais, em 2016, 1287 cidades não elegeram sequer uma mulher como vereadora. Apenas 638 Prefeituras, o que equivale a 11,5% do país, são administradas atualmente por mulheres.

Frente a este cenário, as eleições deste ano apontam alguns desafios para o conjunto das forças democráticas e populares: a) defender o direito de de Lula ser candidato, entendendo que eleição sem a sua presença é fraude; b) derrotar o golpe e vencer as eleições com Lula; c) revogar as medidas golpistas e, também, d) reverter a sub-representação feminina nos espaços do Legislativo.

O caso sergipano

Tomemos Sergipe como exemplo. Estado com aproximadamente 52% da população formada por mulheres, de acordo com o último Censo do IBGE, apenas uma mulher já o representou como deputada federal: Tânia Soares, do PCdoB, que, na condição de primeira suplente, assumiu o mandato em 2001 (após a eleição de Marcelo Déda – que havia sido eleito o deputado federal mais votado – para a Prefeitura de Aracaju) e o exerceu até 2003.

Infelizmente, este fato é reflexo do cotidiano da hegemonia política local: grupos de homens, ricos e em sua maioria brancos, revezando-se nos debates e na liderança dos processos políticos institucionais em todas as regiões do estado.

É, portanto, chegado o momento de, compreendendo que o lugar das mulheres trabalhadoras é também na política, alterar este cenário.

É dando conta de todas estas dimensões e desafios que a Articulação de Esquerda – tendência interna do Partido dos Trabalhadores – apresenta neste Manifesto a pré-candidatura da Professora Ângela Melo à Deputada Federal. ★

Chagas: só através da política é possível reconstruir o futuro

A contribuição à recuperação da democracia é a batalha diária na luta contra a retirada de direitos dos trabalhadores, a participação nas mobilizações e a insistência em derrotar o golpismo.

A classe trabalhadora entende que a reconstrução do país, em todos os seus aspectos, passa pela via política, a começar pelas eleições deste ano de 2018.

> "As lideranças dos movimentos organizados estão sendo chamados a este desafio. Colocar seus nomes e suas experiências para disputar mandatos na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara Federal para representar o povo sofrido"

As forças sociais e populares do Piauí, como as organizações sindicais, os movimentos da juventude, mulheres e estudantis acreditam que um dos passos é eleger deputados estaduais e federais que, assim como Lula, conhecem o chão da fábrica e sofreram todos os tipos de exploração e injustiças.

As lideranças dos movimentos organizados estão sendo chamados a este desafio. Colocar seus nomes e suas experiências para disputar mandatos na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara Federal para representar o povo sofrido, empobrecido e oprimido do Estado. Representar a classe trabalhadora urbana e rural.

O nome do sindicalista Francisco das Chagas Oliveira (Chagas) apareceu neste debate, e vem ganhando adesão e simpatia de diversos segmentos sociais. Após diversos debates, o sindicalista teve seu nome confirmado como pré-candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores.

Chagas é um dos chamados militantes históricos do PT e pertence à tendência Articulação de Esquerda, onde tem uma militância destacada na organização sindical e na defesa contra a exploração da classe trabalhadora. Atualmente, Chagas é vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Piauí (SINTETRO), entidade que já presidiu numa outra gestão. ★

O PT potiguar de volta à Câmara

Em agosto de 2017, a tendência petista Articulação de Esquerda do Rio Grande do Norte decidiu em plenária estadual pela apresentação, ao Partido, do nome da companheira Natália Bonavides como pré-candidata a deputada federal nas eleições de 2018

Natalia Sena

Natália Bonavides tem 29 anos, é advogada e atualmente está exercendo mandato de vereadora em Natal. Em 2016, foi eleita pela primeira vez para um mandato parlamentar, sendo a 5ª vereadora mais votada da cidade de um total de 29 parlamentares, a primeira mulher petista a ser eleita vereadora em Natal, e tendo obtido a maior votação que o PT já teve para a Câmara Municipal de Natal.

Nesse primeiro ano, o mandato teve atuação firme na defesa dos direitos dos servidores públicos municipais - massacrados pela precarização dos serviços, pelo desmonte do regime próprio de previdência e da própria carreira, além do constante atraso no pagamento dos salários imposto pelo prefeito Carlos Eduardo Alves, tendo sido esta uma das principais pautas de atuação do mandato na Câmara Municipal de Natal.

Além disso, a construção do mandato junto aos movimentos sociais da cidade e do estado é um marco da atuação parlamentar: é resultado da trajetória militante de Natália e do fato de a campanha eleitoral ter sido uma construção coletiva que dialogou com diversos setores.

A decisão de apresentar o nome de Natália para uma pré-candidatura a deputada federal partiu de um profundo debate que a tendência Articulação de Esquerda realizou acerca da conjuntura nacional e da importância do processo eleitoral de 2018 para a derrota do golpismo no nosso país.

> "O PT precisa construir sua tática eleitoral com bastante atenção para o novo cenário pós-golpe e entender que o sentimento da população é de não eleger quem é responsável pela brutal retirada de direitos que veio junto com o golpe"

O enfrentamento contra a retirada de direitos em curso desde 2016 tem, na Câmara Federal, um espaço de disputa importante no âmbito institucional. Para este próximo período, o Partido dos Trabalhadores precisa trabalhar para ter uma bancada federal forte e aguerrida, de deputadas e deputados dispostos a enfrentar sem titubear o golpismo, de combater os retrocessos políticos e sociais que estão sendo impostos à classe trabalhadora brasileira, e de defender as liberdades democráticas e a soberania nacional.

Nesse cenário, entendemos que é papel das candidaturas petistas utilizar as eleições de 2018 para debater com a sociedade os rumos do país, se colocando na disputa eleitoral com a convicção de que é necessário fortalecer a luta para reverter a reforma trabalhista, a terceirização irrestrita, o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, o desmonte da Petrobras; barrar a reforma da previdência, que querem aprovar ainda em 2018; enfrentar a criminalização dos movimentos sociais e o avanço do conservadorismo; e, por fim, recolocar o socialismo como horizonte estratégico da classe trabalhadora.

As candidaturas petistas devem também ser instrumentos de defesa da candidatura de Lula e do próprio PT, além de terem papel fundamental na denúncia da fraude jurídica que é o julgamento que a Justiça Federal está impondo ao ex-presidente.

Para isso, o PT precisa construir sua tática eleitoral com bastante atenção para o novo cenário pós-golpe e entender que o sentimento da população é de não eleger quem é responsável pela brutal retirada de direitos que veio junto com o golpe. Para 2018, é necessário ter em mente que o desafio da disputa eleitoral ancorada em fortes bases na luta social está posto, mais do que nunca.

A pré-candidatura da companheira Natália Bonavides surge com o papel de fazer todos esses enfrentamentos e se apresenta como uma forte possibilidade para o PT no Rio Grande do Norte retomar uma cadeira na Câmara Federal. ★

Natalia Sena é advogada e integrante do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Sempre na luta. Também em Brasília

Rogério Correia

O Brasil, como se sabe, encontra-se numa crise talvez sem precedentes. Um grupo de larápios tomou o poder por um golpe de Estado e, sem a legitimidade conferida pelo voto do povo, aplica uma política que retira direitos dos trabalhadores e vende o país ao capital estrangeiro. A democracia foi vilipendiada, inicialmente pelo desrespeito à soberania do voto popular, com o golpe contra Dilma Rousseff; posteriormente, pela progressiva ocupação dos espaços políticos pela tecnocracia judiciária e policial. Um país complexo como o Brasil passou a resolver seus conflitos não pela soberania popular, mas pelos interesses da burocracia jurídica e da elite empresarial e financeira.

Um cenário desses exige a radicalização democrática. Impõe, agora mais do que nunca, a mobilização do povo através de seus sindicatos, associações, movimentos de bairro, ou até dos espaços mais espontâneos da luta. Só com mobilização popular superaremos a atual crise e conseguiremos reverter o drama de proporções épicas deixado pelo governo Temer sobre a história brasileira.

O apoio sistemático aos movimentos sociais sempre marcou meu trabalho como parlamentar. Foi assim em meus três mandatos como vereador em Belo Horizonte e nos também quatro mandatos como deputado estadual, sempre pelo PT. Não acomodar-se ou seduzir-se pelo aparato burocrático dos mandatos levou-nos a uma posição hoje reconhecida, a de mandato a serviço da mobilização.

É por isso que resolvemos tentar, este ano, a Câmara Federal. Eu e os movimentos que participam do mandato Sempre na Luta acreditamos que os próximos quatro anos (2019-2022) serão de intensa mobilização, independentemente do cenário eleitoral que se desenhar em outubro deste ano. Esse quadro exigirá sobretudo coragem e posicionamento firme.

Um dos erros, a meu ver, cometidos pelo PT nos últimos anos, e que ajudaram no triunfo do golpe, foi a pouca ênfase no embate político. Em certos momentos, e isso infelizmente às vezes se repete em governos estaduais e municipais do PT, em certos momentos damos a impressão de que basta administrar as demandas diárias da máquina estatal. Não basta, como sabemos.

A elite brasileira, com apoio de sustentáculos financeiros nacionais e sobretudo internacionais, é traiçoeira e está sempre a espera de qualquer momento para dar o bote. Não à toa, a história brasileira é tão repleta de golpes de Estado.

Por isso, nosso mandato Sempre na Luta, na Assembleia Legislativa, não foge ao embate político que a vida exige. Essa confluência entre mobilização popular e embate político devem, a meu ver, marcar um mandato efetivamente de esquerda em um parlamento, sobretudo no Brasil atual.

Por isso meu nome será apresentado ao Partido dos Trabalhadores como sugestão de candidatura a deputado federal nas eleições de 2018. Temos boas chances de sucesso. O trabalho desenvolvido nas últimas legislaturas foi de aproximação com os movimentos, no campo e na cidade. Nosso gabinete, por isso mesmo, foi sempre marcado pela intensa movimentação de trabalhadores. Isso gerou importantes focos de apoio das pessoas que reconheceram nosso trabalho, nas mais diferentes regiões do estado.

Tentei, e creio ter alcançado êxito, marcar o mandato em duas frentes de mobilização e luta: apoiamos, assim, as principais lutas de diversas categorias em Minas Gerais, notadamente a dos professores, dos trabalhadores do campo e da agricultura familiar, para citar apenas dois exemplos. Estar presente na luta diária dos trabalhadores é condição inadiável para qualquer trabalho de um parlamentar de esquerda.

Numa outra frente, mais política, não nos furtamos a sempre "mostrar a cara". Mostrar a que viemos e o que defendemos. Por isso mesmo, o mandato é hoje reconhecido nacionalmente na luta contra os desmandos do aecismo em Minas Gerais -- a política de Aécio Neves é denunciada por mim desde há muito tempo, incluindo aquele infeliz período em que o PT chegou a flertar com o aecismo no Estado (todos vão se recordar da aliança pela prefeitura de BH, por exemplo). Sempre posicionar-me frente aos grandes assuntos do Estado e do país, felizmente, trouxe ao mandato Sempre na Luta o reconhecimento de todos na esquerda.

Nossa saída da Assembleia Legislativa, após três mandatos, será compensada plenamente, pela qualidade das deputadas e deputados de esquerda que prometem chegar ao parlamento mineiro. Em todas as regiões e em diversas categorias de atuação, há praticamente uma dezena de excelentes nomes, entre mulheres e homens petistas, com plena capacidade eleitoral e principalmente de trabalho, caso sejam de fato eleitos. Tenho razões de sobra para estar muito otimista quanto a isso.

Quero levar um pouco do trabalho que desenvolvemos em Minas também para o cenário nacional. Não apenas por que há espaço para isso, o que evidencio a cada dia nas conversas com as trabalhadoras e trabalhadores mineiros -- eles querem parlamentares de esquerda e da luta. Mas principalmente por que o Brasil precisa disso. Mais do que nunca necessitamos de forças de esquerda no Congresso Nacional. O Parlamento é apenas uma parte, é claro, da luta que precisamos desenvolver -- mas é uma fração importante, como os 12 anos de governo Lula e Dilma nos demonstraram.

Quero ajudar nessa batalha contra os interesses daquela que talvez seja a pior elite do mundo. Estarem sempre na luta! ★

Rogério Correia é deputado estadual do PT-MG

Um mandato para tempos de guerra

Fabíola de Azevedo Lemos

Após mais de uma década de avanços em nossa experiência democrática, o Brasil vive hoje um momento de notório retrocesso em diversos cenários, desde suas instituições políticas, às jurídicas, econômicas e sociais. Subestimamos os aspectos autoritários que, historicamente, definem a trajetória brasileira e, em um curtíssimo tempo, colocamo-nos perplexos ante a um Golpe político-jurídico-midiático que interrompeu nosso projeto emancipatório e que segue avançando contra as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras.

O Golpe, além de evidenciar uma elite odiosa, demonstrou, mais uma vez, a força do capital internacional na condução política do nosso país. Tal evidência se observa na ofensiva contra as leis de proteção do trabalho, perseguição aos sindicatos, criminalização dos movimentos de resistência, avanço do discurso conservador, entrega das nossas riquezas naturais e progressivo alinhamento da política externa aos Estados Unidos.

A fúria destrutiva deflagrada contra o Partido dos Trabalhadores é parte desse projeto. Nesse caso, fica claro que a estratégia conciliadora dos governos petistas não apenas fracassou, como também comprovou que a relação entre capital e trabalho sempre será de conflito e permanente instabilidade.

Nesse sentido, o momento é de alinharmos nossa luta em torno de uma estratégia de resistência, a fim de prosseguirmos mais fortes e cientes dos erros que nos causaram vulnerabilidade. Para isso, é vital fortalecermos e afirmarmos os movimentos sociais como sendo a principal base de sustentação do nosso partido e ampliarmos nossa representatividade nas esferas institucionais do poder.

As táticas devem se dar em torno de uma reconfiguração da cultura política através da apropriação popular dos espaços de poder, expressa – entre outras – em mandatos declaradamente comprometidos com os direitos humanos e inclusão dos setores alijados e invisibilizados de nossa sociedade.

O Golpe que assistimos, veiculado pelo espetáculo midiático, foi desferido por um parlamento ocupado por homens brancos, heterossexuais, proprietários, embaixadores do grande capital e da moral difundida pelo patriarcado, contra Dilma Rousseff, mulher, divorciada, que adentrou todos os espaços destinados aos homens, desde o da militância revolucionária à presidência da República.

Com direito à exaltação aos torturadores da Ditadura e insultos homofóbicos, foi também o Golpe da moral mais cínica e excludente, contra todos e todas que, de alguma forma, começaram a avançar nos espaços políticos, econômicos e sociais historicamente negados por nossa trajetória de injustiça e misoginia.

Portanto, já era esperada a sequência de uma narrativa masculina e heteronormativa que se consubstanciara no governo ilegítimo de Michel Temer e sua base empresarial ligada à indústria da fé. O conservadorismo moral torna-se então a artimanha acionada por aqueles que já não podendo manipular pela falácia da corrupção, precisam fomentar a ignorância para garantir os votos e a sobrevivência política.

O Golpe, insisto, é elitista, patriarcal e articulado com o capital internacional. Coloca-nos em uma situação onde, ignorar esses elementos na reorientação de nossas táticas, é decretar a morte do Partido dos Trabalhadores e de qualquer projeto de governo democrático e popular.

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento da luta organizada pelos setores mais penalizados, é que dispomos nosso nome à pré-candidatura a uma vaga na Câmara Federal no pleito de 2018.

Compreendemos que é de suma importância somar a força de nossa referência na militância piauiense, como forma de robustecer o Partido dos Trabalhadores em seu projeto de alternativa a esse modelo político nefasto à classe trabalhadora.

Teremos em nosso mandato a extensão do poder daqueles e daquelas que pagaram a ainda pagam a conta desse rico, porém injusto país. Dos tantos e tantas que são empurrados para a vulnerabilidade a fim de frutificar as riquezas desse modelo que fez da injustiça social e de gênero critérios centrais de progresso.

Sendo assim, formalizo aos meus companheiros e companheiras da Articulação de Esquerda , nossa intenção à pré-candidatura à deputada federal, contando com o apoio e a confiança daqueles e daquelas que compartilham de nosso entendimento. ★

Fabíola de Azevedo Lemos é professora e cientista social. Integra o Setorial de Mulheres do PT Piauí

Dionilso Marcon, a voz da luta pela reforma agrária no congresso nacional

Adriano Oliveira

Marcon é deputado federal em segundo mandato e concorre à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

É natural de Rondinha (RS) e iniciou sua militância na pastoral de juventude e foi dirigente do sindicato dos trabalhadores rurais em Ronda Alta. Foi dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e presidente da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS). Foi, por quatro anos e meio, acampando do MST e posteriormente assentado (1994) no assentamento Capela, em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre, onde reside até hoje.

Foi, por três mandatos, deputado estadual no RS. Elegeu-se pela primeira vez em 1998 com 33.982 votos, quando também elegemos Olívio Dutra governador do RS. Em 2002, reelegeu-se com 44.634 votos, reelegendo-se novamente em 2006 com 53.154 votos.

Historicamente, destacou-se na luta pela reforma agrária e pela defesa das pautas dos movimentos sociais e populares do campo e da cidade. Foi líder da bancada estadual do PT e presidiu, por duas vezes, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul onde destacou-se na luta pelos direitos humanos e das minorias, sempre engajado na luta dos sem-terra e dos pequenos agricultores, dos quilombolas e do movimento negro, dos movimentos da luta pela moradia e pela igualdade de gênero, dos aposentados e servidores públicos, com participação destacada nas lutas do movimento sindical.

> “Marcon é expressão legítima da organização da classe trabalhadora”

Em 2010 elegeu-se deputado federal com 100.553 votos e reelegeu-se em 2014 com 116.178 votos, tendo sido votado em 486 municípios dos 497 existentes no RS.

Durante sua atuação no congresso nacional, Marcon concentrou esforços na luta por reforma agrária e pautas dos movimentos populares do campo e da cidade. Por melhores condições de trabalho e de vida aos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária e por renegociação e anistia de suas dívidas e ampliação das políticas agrícolas de incentivo a permanência no campo e de combate ao êxodo rural. E permanente denúncia e combate ao trabalho escravo no campo e na cidade. Como membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias participou de diligência que denunciou situações de criminalização de indígenas, denunciou assassinatos no campo e crimes ambientais de grandes fazendeiros que giram em torno de 17 bilhões em multas aplicadas pelo Ibama.

Marcon também destacou-se na luta em defesa dos quilombolas, indígenas, salário digno e direitos trabalhistas para empregados domésticos, combate a violência contra a mulher e comunidade LGBT, valorização dos servidores em segurança pública e agentes de saúde. Defende o fortalecimento do SUS, a ampliação do programa Mais Médicos e a criação de Hospitais Regionais.

Marcon é comprometido com a luta pela Educação Pública, Gratuita e de Qualidade em todos os níveis, a começar pela ampliação das Universidades Federais, mais verbas para as que já existem e ampliação da rede de Escolas Técnicas e Profissionais.

Marcon é ferrenho opositor da regressão trabalhista implementada pelo atual governo golpista, luta pela geração de emprego e renda, especialmente para a juventude, tendo como bandeira a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Percorreu o Rio Grande e tem destacada atuação na frente parlamentar aqui constituída contra a Reforma da Previdência do governo golpista.

Crítico das emendas parlamentares, Marcon adotou um modelo de orçamento participativo para definir a destinação das mesmas.

Atualmente Marcon participa como suplente da Subcomissão Permanente de Política Agrícola e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Marcon é expressão legítima da organização da classe trabalhadora e militante forjado nas suas lutas e a classe organizada, através do Partido dos Trabalhadores, deve reconduzi-lo a um novo mandato nestas eleições em 2018. ★

Adriano Oliveira integra o Diretório Nacional do PT

Andes em disputa

Mariuza Aparecida Camillo Guimarães

O 37º Congresso do Andes Sindicato Nacional ocorreu em Salvador, entre os dias 22 e 27 de janeiro de 2018, com o tema "Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma Universitária de Córdoba", resultando daí o documento Carta de Salvador .

Foram seis dias de intensos debates, iniciando com uma análise de conjuntura que pretendia indicar a base da política a ser implementada no próximo período. A discussão sobre essa temática durou mais de cinco horas, explicitando as diversas posições que existem na categoria.

A discussão central girou em torno do Partido dos Trabalhadores e suas ações durante os anos em que ocupou a presidência da República, contrapondo-se duas posições claramente antagônicas. Uma expressa por grupos vinculados ao PCB, PSTU e PSOL, que entendem que os governos do PT, ao "conciliarem" com a burguesia, provocaram a situação vivenciada atualmente; que não houve golpe, mas tão somente a troca dos personagens no poder; que a política permanece a mesma. De outro lado, os petistas e simpatizantes apresentando dados e evidenciando as ações do golpe e as consequências, especialmente para as políticas educacionais.

Esse debate teve continuidade nos grupos e nas plenárias finais, onde se pode observar as velhas práticas de intimidação por parte de membros da diretoria, a patrulha ideológica daqueles que tem pensamentos diferentes e, sobretudo, a dificuldade, nesse contexto, de emplacar propostas de professores ou grupos que não coadunam com as da diretoria.

Nas discussões de grupo chamou a atenção o processo de "fritura" do PSTU: membros da diretoria, postados de forma estratégica, de modo a visualizar todo o ambiente e controlar manifestações e votos dos/das delegados/as pediam, a todo o momento, a supressão de propostas apresentadas por esse grupo político e/ou faziam o contraponto na defesa.

Durante o 37º Congresso, conforme estabelecido estatutariamente, foram realizadas convenções para a composição de chapas para concorrer à direção do Andes Sindicato Nacional. Após quatorze anos de hegemonia da direção atual, montou-se uma chapa de oposição, por meio do Coletivo Renova Andes, que vem se mobilizando desde a greve de 2012 e que se constituiu como Fórum Renova Andes em 2016.

A diretoria atual também organizou a sua chapa, consolidando o processo de "fritura" do PSTU, que aparentemente não comporá a chapa. Em conversas de bastidores houve rumores de que apresentariam o triunvirato, que é a prática regimental, mas não aconteceu. Apenas duas chapas foram apresentadas.

A chapa 1, "ANDES Autônomo e de Luta", tem como candidatos: à presidência, Antônio Gonçalves Filho, Apruma Seção Sindical; à secretaria-geral, Eblin Farage, Aduff SSind.; e à tesouraria, Raquel Dias Araújo, Sinduece SSind.

A chapa 2 "Renova ANDES", tem como candidata à presidência Celi Taffarel, da Ufba; secretária-geral, Maria de Lourdes Nunes, Adufpi SSind.; e tesoureiro, Everaldo Andrade, Adusp SSind..

As chapas têm até o dia 27 de fevereiro para apresentação completa da sua respectiva composição à Comissão Eleitoral Central, que terá sete dias para a homologação. As eleições ocorrerão nos dias 9 e 10 de maio de 2018, por votação direta e secreta em todas as Seções Sindicais que estejam no gozo de seus direitos, conforme define o Regimento Eleitoral e o Estatuto do Andes SN.

A tendência petista Articulação de Esquerda participa da chapa 2, Renova Andes. Vale lembrar que fomos uma das tendências petistas e cutistas que defenderam o Andes contra o divisionismo do chamado Proifes. Ao mesmo tempo, a Articulação de Esquerda sempre combateu as posições esquerdistas que tomaram conta e ainda prevalecem na direção da entidade. Motivo pelo qual fomos absolutamente contrários à ruptura do Andes com a CUT. No Congresso onde isto foi deliberado, distribuímos um documento que explicava nossas razões, combate que nos custou sermos excluídos da diretoria, da qual chegamos a participar, através da companheira Iole Ilíada.

Há uma boa disputa em andamento! Vamos participar! ★

Mariuza Aparecida Camillo Guimarães é presidenta da ADUFMS, que acaba de voltar à condição de Seção Sindical do Andes SN.

A JPT pelas nossas mãos

João Luís Lemos

Em 2008, ocorreu o I Congresso da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT). Naquele momento, parecia ganhar espaço no partido a ideia de que era necessário impulsionar uma juventude petista de massas. Dez anos depois, aquela ideia não se concretizou. Prevalece ainda o modelo setorial e internista na JPT, situação agravada pela fragmentação e dispersão acelerada após o III Congresso da JPT em 2015 não ser concluído e não eleger uma direção nacional legítima. Num período de acirramento da luta de classes, os desafios eram muitos e a JPT permaneceu muito longe da política e capacidade organizativa necessárias para enfrentá-los. É nesse contexto que vem ocorrendo os debates sobre a realização ou não do IV Congresso da JPT, que deveria ocorrer agora no primeiro semestre de 2018.

A realização do IV Congresso da JPT é fundamental, em primeiro lugar devido à conjuntura, com o golpismo caminhando a passos largos para prender Lula, interditar o PT e retirar mais direitos da classe trabalhadora. O PT não deve abrir mão de organizar sua juventude para as batalhas que se avizinham e que definirão os rumos da luta política no país nas próximas décadas. A inexistência de uma direção nacional legítima e a fragilidade que atinge a maioria das secretarias estaduais e municipais da JPT, tendo em vista que o último congresso foi há três anos, fazem com que a juventude petista perca muito seu potencial de luta e mobilização.

É um grande erro afirmar que, devido a conjuntura difícil e a

proximidade do calendário eleitoral previsto para 2018, não há possibilidade de realizar o Congresso da JPT. Justamente para preparar a militância e organizar a juventude do partido nas lutas é que o congresso se faz mais necessário. Do mesmo modo, é um erro afirmar que o debate político no congresso da JPT passaria uma imagem para a sociedade de divisão no partido. A democracia interna é uma virtude do PT e, caso haja compromisso do conjunto do partido de que seja realizado um processo politizado, o congresso pode servir como um espaço de ampla mobilização de jovens em todo o país em defesa de Lula, do PT, da democracia e dos direitos.

O IV Congresso da JPT pode contribuir ainda no debate sobre a estratégia partidária para enfrentar o período que vivemos, afirmando a necessidade de uma estratégia socialista e revolucionária. Pode e deve ainda fazer

> **"O IV Congresso da JPT pode contribuir ainda no debate sobre a estratégia partidária para enfrentar o período que vivemos, afirmando a necessidade de uma estratégia socialista e revolucionária"**

o debate sobre o programa a ser defendido pela candidatura Lula à Presidência da república e demais candidaturas petistas que dialogue com as demandas e anseios da juventude trabalhadora.

Além de tudo isso, é urgente a retomada do debate sobre a organização de uma JPT de massas. O PT ainda é o partido da esquerda brasileira com maior base militante e social na juventude trabalhadora. Ou seja, se há um partido com condições de organizar milhares de jovens trabalhadores nas cidades, no campo, na periferia, universidades e escolas, é o PT. Contudo, continua vigente no partido a terceirização da política de juventude para outras organizações, o que ano após ano tem contribuído para o PT reduzir sua inserção na juventude. Para ser capaz de organizar sua base militante na tarefa de construir uma JPT de massas, um passo fundamental é realizar um congresso que mobilize o conjunto da militância petista para debater esta política.

Entretanto, nos últimos meses, os debates sobre o IV Congresso da JPT não abordaram estas questões apresentadas anteriormente. O centro do debate no Conselho Político da JPT ocorrido em novembro de 2017 e desde então permaneceu ligado ao modelo organizativo do congresso, principalmente sobre a eleição de delegados em etapas municipais ou não. Independente da opinião que se possa ter a respeito, o fato deste debate ter praticamente interditado qualquer outro demonstra o desacúmulo político da JPT e também a falta de compromisso de diversos setores do partido com a construção da juventude partidária. Se a ideia de construir uma JPT de massas já chegou a ser defendida pela maioria dos jovens das tendências do partido, hoje já não se pode dizer o mesmo.

A Executiva Nacional do PT, que se reunirá no dia 22 de fevereiro, deve discutir e decidir se tratará a organização da juventude partidária como uma de suas prioridades convocando o congresso e aprovando seu regimento ou se pretende empurrar este debate para um futuro incerto. De todo modo, a juventude petista deve tomar o futuro em suas mãos e, ocorrendo ou não o congresso, deve impulsionar um amplo movimento de reorganização da JPT, principalmente organizando núcleos de base nos locais de trabalho, estudo e moradia em defesa de Lula, do PT, dos direitos e ligados às demandas cotidianas da juventude trabalhadora. ★

João Luís Lemos é diretor da UNE e dirigente nacional da AE.

XI Conferência Nacional de Juventude da AE

João Luís Lemos

A tendência petista Articulação de Esquerda realizará sua XI Conferência Nacional de Juventude nos dias 2, 3 e 4 de março em Belo Horizonte – MG. Em fevereiro, ocorrerão as Conferências Estaduais de Juventude da AE em diversos estados por todo o país como preparação para a etapa nacional. A conferência tem como objetivo debater a organizar a política da tendência nas diversas frentes e movimentos de juventude, contribuindo para a organização da juventude petista, ao passo que deve servir como espaço de mobilização em defesa de Lula, do PT e contra a reforma da previdência.

Um dos principais eixos de debate da XI Conferência Nacional de Juventude da AE é a atualização do debate sobre as características da juventude trabalhadora no Brasil, considerando as mudanças ocorridas no período de governos Lula e Dilma e também os retrocessos decorrentes do golpe. A avaliação sobre o estado atual da juventude trabalhadora, sua diversidade e particularidades, deve contribuir para avançarmos na análise da atuação política da juventude e o potencial de luta e organização nos mais diversos locais de sociabilidade em que a juventude está inserida.

Acompanhando os debates do 4º Congresso da Articulação de Esquerda, a conferência deve abordar o debate da estratégia de luta pelo socialismo de modo a detalhar sua relação com a juventude trabalhadora. Tanto do ponto de vista da inserção e da perspectiva da juventude trabalhadora em relação à complexa situação política atual, quanto do ponto de vista do programa e das tarefas políticas para a organização da juventude, a conferência será uma oportunidade para ajudar a avançar o debate estratégico do PT e da esquerda na juventude.

Outro debate fundamental será sobre os rumos da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT). Num momento de acirramento da luta política e de ofensiva golpista e reacionária, a disputa política e ideológica na juventude trabalhadora também se radicaliza. Setores de direita e de esquerda disputam palmo a palmo os corações e mentes da juventude. Contudo, a JPT permanece muito aquém do seu potencial de impulsionar a luta da juventude trabalhadora, estando longe de se tornar de fato uma juventude de massas. É urgente que o PT atualize sua política para a juventude. Nesse sentido, a conferência debaterá suas propostas para a JPT e para a organização da juventude trabalhadora em geral.

Além disso, os desafios do PT e da AE no movimento estudantil universitário e secundarista estarão em pauta na conferência. Diante da necessidade de defender a educação pública da ofensiva brutal realizada pelo golpismo, temos a tarefa de atualizar a tática para a disputa de rumos da educação e também do movimento estudantil nas universidades, bem como na UNE e na UBES de modo a colocar estas entidades na luta e superar seus limites do último período.

Por fim, a conferência vai debater um balanço da política de juventude da tendência nos últimos anos e delinear os principais desafios políticos que temos em perspectiva. Ou seja, nossos acertos e limites e também a política e atuação da Articulação de Esquerda na JPT, na JCUT, na UNE, na UBES, dentre outros.

Desde que surgiu, a tendência petista Articulação de Esquerda tem a juventude como uma de suas principais frentes de atuação. É inegável a contribuição da tendência para a política de juventude do PT e em importantes entidades dos movimentos sociais como a UNE. É com esta responsabilidade que a XI Conferência Nacional de Juventude da AE tem o desafio de retomar este acúmulo político, constituir uma política enraizada no tempo presente e com visão estratégica socialista para dar conta da tarefa de contribuir com as lutas da juventude e da classe trabalhadora. ★

João Luís Lemos é dirigente nacional da UNE e da tendência petista Articulação de Esquerda

Nossa juventude no 42º CONUBES

Rafyzza Vieira e Sara Cristina de Carvalho

Plenário do 42° CONUBES realizado em Goiânia

Em tempos de guerra a juventude da tendência petista Articulação de Esquerda disputou nas trincheiras das escolas públicas e particulares do Piauí, combatendo o conservadorismo expresso na proposta de Escola Sem Partido e na Reforma do Ensino Médio.

Aproveitamos a relação com professores e professoras comprometidas com as transformações sociais para dialogar com mais estudantes sobre os riscos e os objetivos desses projetos que estão articulados com o golpe.

Essa relação com estudantes resultou na decisão de seus delegados construírem conosco a tese Rebeldia Não Se Ajusta, que apresentamos no 42º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, realizado em Goiânia (GO) de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2017.

No inicio de outubro de 2017, a Coordenação Nacional da JAE orientou a realização de um seminário que pudesse discutir os principais desafios dos estudantes secundaristas no período golpista e ajudasse a preparar nossos delegados para os debates do Congresso da UBES.

No seminário piauiense, organizado pela JAE no auditório da ADUFPI dia 29 de outubro, debatemos os aspectos que não aparecem nas justificativas dos defensores do projeto "escola sem partido" e que são, na verdade, objetivos políticos da classe dominante e dos setores conservadores e hegemônicos na sociedade.

E quanto à "reforma" do ensino médio, destacamos um tempo maior para exposição de um trabalho acadêmico do companheiro João Felipe, militante e liderança da Juventude do PT, para que o mesmo explicasse a relação íntima desse projeto com a reforma trabalhista, a terceirização sem limites e a própria escola sem partido.

A "escola sem partido" é um projeto conservador, porque objetiva censurar os conhecimentos de sociologia e filosofia que estimulam a criticidade e questionam os pensamentos hegemônicos. Eles afirmam que "o único objetivo do Programa Escola sem Partido é informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos", se referindo a uma lista de deveres que o professor deverá cumprir em sala de aula, dentre os quais destacamos um em especial, que trata da proibição de "incitação de seus alunos de participar de manifestações, atos públicos e passeatas".

Esse ponto seria um passo enorme rumo à proibição de estudantes nestes eventos, justamente pela coerência com a política adotada pelas escolas.

Na exposição e debate sobre a reforma do ensino médio ficou a tarefa e compromisso por parte da militância da JAE, de fazer o enfrentamento em todos os espaços que forem possíveis, com o intuito de alertar as famílias da classe trabalhadora e o máximo de estudantes sobre os verdadeiros objetivos desta medida: diminuir a chance dos filhos e filhas da classe trabalhadora acessarem as universidades públicas e o ensino superior e, consequentemente, aumentando o número de pessoas no mercado de trabalho sujeitas a baixos salários e ao desemprego.

A partir deste seminário – que foi proposto pela CNJAE – nossos delegados e delegadas assumiram para si a defesa da tese Rebeldia Não Se Ajusta, como forma de utilizar uma plataforma

As militantes secundaristas da AE-PI, Mikaela e Rafyzza, na defesa da tese da Articulação de Esquerda durate o 42° CONUBES

política que permitisse o diálogo com uma quantidade expressiva de estudantes e garantisse um espaço de representação da JAE na discussão sobre o papel da UBES na atual conjuntura.

Foram realizadas, também, plenárias de movimento estudantil secundarista nas cidades de Parnaíba e Pedro II, com o objetivo de preparar nossa delegação para os debates e nossa intervenção no CONUBES. Nestas plenárias pautamos a história e atuação da JAE no movimento estudantil secundarista, bem como o programa politico que impulsionamos nos últimos anos dentro da entidade e na atual conjuntura, com a tese Rebeldia Não Se Ajusta.

No dia 28 de novembro de 2017, partimos de Teresina rumo a Goiânia com a consciência tranquila acerca da coerência de nossos debates, sistematizados na tese, e as demandas da atual conjuntura. A questão que estava colocada era como transmitir esse caminho de atuação para a UBES aos demais delegados e às delegadas.

O 42º CONUBES foi o primeiro congresso da entidade após a consolidação do governo golpista e após a primavera secundarista que eclodiu nas escolas de todo o país no ano de 2016, através das ocupações. Mas, mesmo após essa massiva mobilização estudantil que de certa forma, aproximou a entidade das escolas e que nos mostrou que não podemos nos calar diante de atos atentatórios à democracia e aos direitos sociais duramente conquistados, a política e os métodos do Campo Majoritário na direção da Ubes, em especial da União da Juventude Socialista (UJS), mantém a entidade distante da luta diária dos estudantes secundaristas.

> **Encerramos o congresso com a certeza de que cumprimos nossa missão e agimos com coerência. Seguiremos na defesa de um movimento estudantil democrático e popular, sem a ilusão da conciliação de classe, ao lado da classe trabalhadora**

Durante o CONUBES fomos poucos, mas combativos e muito bem organizados. Realizamos o seminário nacional organizado em torno da tese “Rebeldia Não se Ajusta- Reconquistar a rebeldia consequente da UBES!”, em que debatemos a conjuntura, as principais pautas do movimento estudantil e trocamos experiências com os militantes de outros estados.

Diante disso, após um intenso debate interno, fizemos nossa intervenção no congresso, que garantiu a permanência da JAE na diretoria da UBES, através das defesas de tese, defendendo o direito de Lula em ser candidato; que eleição sem Lula é fraude; fazendo forte oposição ao Temer e suas reformas; defendendo que a UBES cumpra seu dever na luta contra o golpismo e a retirada de direitos duramente conquistados; para que assim tenhamos a UBES na luta por uma educação emancipadora, democrática e popular.

Encerramos o congresso com a certeza de que cumprimos nossa missão e agimos com coerência. Seguiremos na defesa de um movimento estudantil democrático e popular, sem a ilusão da conciliação de classe, ao lado da classe trabalhadora. Continuaremos na perspectiva estratégica de construir uma nova direção para a Ubes; construir uma Ubes de luta e democrática, pois só assim reconquistaremos sua rebeldia consequente. ★

Rafyzza Vieira é estudante secundarista e atual Presidenta do Grêmio Estudantil LICEU LIVRE. **Sara Cristina de Carvalho** é estudante de ciências sociais e militante de movimento estudantil

Feminismo para tempos de guerra

Wilma dos Reis

A tendência petista Articulação de Esquerda realizará, no primeiro semestre de 2018, a 5ª Conferência Nacional de Mulheres da AE.

Dentre os desafios postos, é urgente a necessidade de pensar a resistência ao avanço desenfreado do neoliberalismo e, consequentemente do conservadorismo no Brasil, bem como refletir o quão a crise capitalista está atingindo a classe trabalhadora, em especial, as mulheres que historicamente ocupam os postos de trabalhos mais precarizados com os menores salários, além de serem responsabilizadas pelos cuidados e o trabalho doméstico não remunerado. É imprescindível o aprofundamento das especificidades, já que o impacto é maior para as trabalhadoras negras e rurais.

O desmonte, em apenas dois anos, de direitos conquistados nos últimos noventa anos demonstra nitidamente para quem é a "Ponte do Futuro": empresários, latifundiários, mercado financeiro, dirigidos pelo capital internacional com propostas de "reformas" que visam unicamente atender aos interesses da classe dominante.

Não sendo o bastante a crise econômica e política, em paralelo assistimos à apropriação de pautas feministas, antirracistas, antiLGBTfóbicas, dentre outras pelo capitalismo neoliberal, com o viés do identitarismo. Aquelas que eram pautas construídas e reivindicadas por movimentos sociais do campo da esquerda, hoje estão nas redes sociais e nos meios de comunicação hegemônicos unicamente como direitos individuais. É um debate que ignora o coletivo, a luta de classes.

Além de enfrentar diariamente a usurpação das nossas pautas na sociedade, resistimos ao avanço do feminismo liberal dentro do PT. É muito comum ouvir nas reuniões do campo da esquerda sobre o "empoderamento feminino", sem a mínima reflexão do significado. dessa expressão, que limita apenas ao debate da liberdade individual sem rupturas reais com o capitalismo e o patriarcado. É necessária a reflexão sobre estes temas, no Partido das/os Trabalhadoras/es e também na Articulação de Esquerda.

As mulheres petistas sempre protagonizaram a luta por uma sociedade com mulheres e homens livres de opressões. Todavia, o que vivenciamos hoje dentro do Partido são retrocessos no projeto feminista socialista idealizado nas décadas de 1980 e 1990 e a instrumentalização e a reprodução do discurso liberal das pautas setoriais.

Para a construção do socialismo no Brasil e de um PT socialista é necessário aprofundar qual projeto feminista que queremos para o Brasil, o PT e a AE, pois não há socialismo sem feminismo, nem feminismo sem socialismo. É urgente a construção de um feminismo para tempos de guerra. ★

Wilma dos Reis integra o setorial nacional de mulheres do PT

Em Pernambuco, pré-carnaval teve formação política

17ª Jornada Nacional de Formação Política da tendência petista Articulação de Esquerda é realizada em Caruaru/PE

Varlindo Nascimento e Jefferson Guedes

Em meio aos preparativos para o carnaval, entre os dias 28 de janeiro e 03 de fevereiro, foi realizada a 17ª edição da Jornada Nacional de Formação Política da tendência petista Articulação de Esquerda (AE). A atividade foi realizada no Centro de Formação Paulo Freire do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que fica localizado no Assentamento Normandia, em Caruaru/PE.

A abertura da Jornada aconteceu no domingo (28) com a realização de uma aula inaugural aberta ao público no auditório do Sindicato dos Bancários de Pernambuco. Na oportunidade, os dirigentes Valter Pomar e Jandira Uehara conduziram o debate sobre as estratégias de luta pelo socialismo a luz das resoluções do Partido dos Trabalhadores (PT) e da AE.

A jornada contou com a significativa participação de quarenta e cinco militantes petistas, recebendo delegações dos seguintes estados da federação: Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, além do Distrito Federal, contemplando três diferentes regiões do país: nordeste, sudeste e centro-oeste. Deve-se destacar também a heterogeneidade entre os setores da luta política que se fizeram representados durante a jornada, proporcionando o debate e a construção coletiva militantes dos movimentos populares, sindical, estudantil e de mulheres.

Durante a Jornada foram ministrados três cursos: 1) "História da luta pelo socialismo", que se dedicou ao estudo da trajetória do movimento socialista internacional e brasileiro à luz da dinâmica do desenvolvimento capitalista, incluindo a história do PT e dos governos Lula e Dilma; 2) "Socialismo e luta de massas", que se debruçou especificamente sobre a história e os desafios do movimento operário e sindical brasileiro desde o seu surgimento até a atual ofensiva golpista; e 3) "O Capital e o método dialético", que promoveu o estudo dirigido do livro de Marx e da dialética como método de análise da realidade. Por fim, na aula "Mulheres, feminismo e socialismo", que encerrou a jornada, as três turmas debateram a trajetória, os fundamentos teóricos e políticos e os desafios do feminismo socialista. Os cursos da jornada foram conduzidos pelos seguintes monitores e monitoras: Expedito Solaney, Jandyra Uehara, Josineide Meneses, Lício Lobo, Marcelo Mascarenha, Rubens Marques (Dudu) e Valter Pomar.

Considerando os princípios do PT no sentido da construção de uma sociedade justa e igualitária, a Articulação de Esquerda, desde a sua fundação em 1993, tem atuado no sentido de trazer o partido ao cumprimento de sua tarefa histórica, reiterando que a única forma de construção de uma sociedade justa passa pela implementação das relações socialistas de produção e circulação.

Nessa medida, partimos da constatação de que as forças políticas que regem o modelo capitalista tendem a induzir as organizações de esquerda à acomodação com a ordem das coisas, no sentido de que elas, iludidas com o acesso a determinadas parcelas do poder, optem pelo imediatismo das práticas conciliatórias que tratam o processo político a partir da lógica do "eleitoralismo", onde o processo eleitoral acaba se tornando a finalidade da ação política em si, o que se configura em um grave erro político.

Há que se reconhecer que não é fácil a tarefa de construir uma inversão dessa acomodação política, ainda mais considerando a existência de um pensamento hegemônico simplista na sociedade, que reduz as desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista ao mérito ou ao fracasso individual, onde a medida do sucesso se constitui unicamente na capacidade de acumulação financeira.

Dessa maneira, criar uma alternativa que inverta essa hegemonia burguesa na sociedade passa diretamente pela formação de quadros que, à luz das teorias políticas, filosóficas elaboradas pelo movimento socialista, possam interpretar a realidade, compreender suas contradições e transformá-la por meio de uma prática revolucionária, para o que é indispensável o estudo das bases teóricas que nos possibilitem uma ação militante cada vez mais transformadora.

Diante desse quadro, a tendência petista Articulação de Esquerda não abre mão de assumir sua parcela de responsabilidade na formação política da sua militância, no intuito de criar as bases necessárias para construção do socialismo, no Brasil e no mundo, como forma mais avançada das relações sociais. ★

Varlindo Nascimento é militante do PT e dirigente do Sindicato dos Metroviários de Pernambuco (Sindmetro-PE). **Jefferson Guedes** é secretário de finanças do PT de Igarassu (PE).

Plenária Nacional Sindical da Articulação de Esquerda

Por uma nova estratégia e reorganização do movimento sindical

Jandyra Uehara Alves

No dia 4 de maio, em Aracajú/SE, realizaremos a Plenária Nacional Sindical da AE. Na véspera, dia 3 de maio, teremos um curso de formação sobre "Como domina a classe dominante", onde estudaremos: O golpe de 2016, as classes e a luta de classes no Brasil; A situação internacional e seus reflexos no Brasil; O impacto político e organizativo das reformas neoliberais na política e na organização sindical.

O formato de Plenária Nacional permite que participem com direito a voz e voto militantes que ingressaram na AE há mais de um ano, estejam em dia com a anuidade e cumpram com pelo menos um dos requisitos: em qualquer nível ou instância, ser dirigente partidário e/ou da tendência, ser representante ou assessor sindical e/ou ser trabalhador/a sindicalizado/a. Os participantes podem ser definidos diretamente pela militância da tendência nos sindicatos de base, federações, confederações e oposições onde atuamos, não havendo, portanto, limite de participantes.

A tendência petista Articulação de Esquerda realizou, em novembro de 2017, a primeira etapa do seu 4º Congresso Nacional. O congresso teve como pauta única "A estratégia de luta pelo socialismo no Brasil". Todos e todas militantes da Articulação de Esquerda devem ler a resolução do congresso, que é a orientação política que embasará os debates da Plenária Nacional Sindical. A resolução pode ser acessada no seguinte link: https://www.pagina13.org.br/download/resolucoes-do-4-congresso-da-articulacao-de-esquerda/

A segunda etapa do Congresso Nacional da AE terá início logo após o encerramento da Plenária Sindical, no dia 4 de maio, em breve será divulgado o texto base da, cuja leitura é fundamental para o debate e encaminhamentos da Plenária Nacional Sindical. Este texto base tratará dos seguintes temas: a) a análise detalhada do atual momento da luta de classes; b) a orientação tática que propomos, dos movimentos sociais, da disputa eleitoral, da batalha cultural; c) a construção partidária; e d) o funcionamento da tendência.

O texto base da Plenária Nacional Sindical deverá tratar dos aspectos mais relevantes da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, as mudanças e as tendências de reorganização no mundo do trabalho, a exemplo dos impactos da reforma trabalhista, mas fundamentalmente deve apontar para uma reorientação política e organizativa do movimento sindical frente à nova situação. É preciso analisar os 40 anos do "novo sindicalismo" no Brasil, sob as lentes da luta de classes e também tirar as consequências e lições do período de 2003 a 2013: o aprofundamento da política de conciliação de classes e a preponderância dos processos de negociação de caráter economicista, o isolamento das categorias nas suas reivindicações específicas, a submersão da disputa política e ideológica junto às classes trabalhadoras, desprovidas de formação e de experiências suficientes para elevar a consciência coletiva. Ao que tudo indica vivemos o encerramento de um ciclo que teve início com a emergência de um sindicalismo que expressava os interesses gerais, históricos e imediatos da classe trabalhadora e se fecha num cenário de fragmentação, corporativismo, prevalência dos interesses econômicos imediatos, despolitização e burocratização.

Para concretizarmos uma máxima resistência tática na luta contra o golpe e ao mesmo tempo construirmos uma nova estratégia capaz de reorientar e reorganizar o movimento sindical é preciso ter como eixo principal resgatar o vínculo com a classe trabalhadora.

E para tanto propor ações que façam sair do papel questões essenciais já apontadas na resolução da primeira etapa do Congresso da AE. São elas: 1) o trabalho cotidiano de organização e conscientização da classe trabalhadora; 2) uma linha política e um trabalho de comunicação cotidiano e articulado com os sindicatos de base, voltado à conscientização, organização e mobilização das classes trabalhadoras; 3) o desenvolvimento de trabalho de massa junto aos setores da classe trabalhadora que estão excluídos do mercado de trabalho, aos que atuam em categorias de alto nível de terceirização e rotatividade, aos que não conheceram a fase de auge do sindicalismo combativo; 4) as lutas, greves e mobilizações de massa; 5) a resistência à implantação da Reforma Trabalhista em todos os níveis; 6) a construção e defesa das organizações sindicais e populares 7) a construção de uma aliança estratégica com a Frente Brasil Popular, articulando ações conjuntas com a Frente Povo sem Medo; 8) a oposição radicalizada ao governo Temer e seus aliados, expressa não só nas palavras de ordem, mas também na recusa de negociar com o governo usurpador e reacionário 9) a luta em defesa dos direitos ameaçados pelas contrarreformas e o compromisso de lutar pela sua revogação 10) a preparação para uma etapa da luta de classes em que a classe dominante lançará mão, de maneira combinada ou não, ações de desmoralização midiática, repressão policial e judicial, agressões paramilitares e mobilização de natureza fascista.

É com este esforço de elaboração e militância ativa, comprometida com as lutas imediatas da classe trabalhadora e com o socialismo que a Articulação de Esquerda no movimento sindical propõe a Plenária Nacional Sindical. ★

Jandyra Uehara Alves é da Direção Nacional da CUT e dirigente nacional da AE.

Articulação de ESQUERDA
TENDÊNCIA PETISTA

4º Congresso da tendência petista Articulação de Esquerda

2ª ETAPA

Sergipe, 4 a 6 de maio de 2018

Dia 4 de maio, sexta-feira

Local: sede da CUT Sergipe

19h-22h: Abertura da segunda etapa do CONGRESSO NACIONAL DA AE

Dia 5 de maio, sábado

Local: Hotel Parque das Águas

8h-12h: Apresentação e debate do projeto de resolução sobre conjuntura nacional e tática

14h-18h: Apresentação e debate do projeto de resolução sobre a construção e defesa do PT

18h-20h: Apresentação e de bate do projeto de resolução sobre a construção da AE

Dia 6 de maio, domingo

Local: Hotel Parque das Águas

8h-12h: Debate e votação das emendas aos projetos de resolução

14h-16h: Apresentação da proposta, debate e eleição do secretariado nacional, da direção nacional e da comissão de ética

16h-18h: Encerramento do congresso e imediata reunião da nova direção nacional